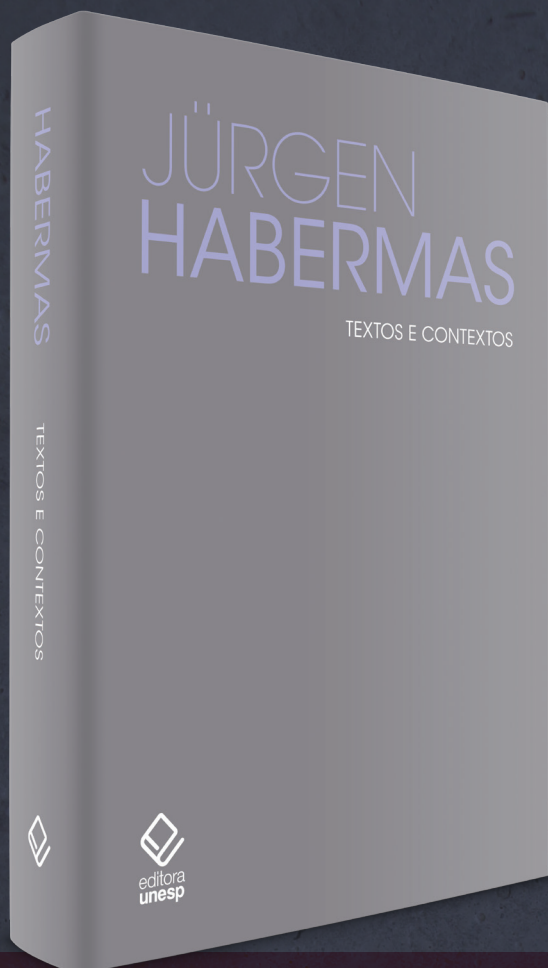




Filmes sobre ciência e tecnologia

PONTAPÉ INICIAL CONTRA A MALÁRIA
VACINA É O ÚNICO GRANDE PASSO
PARA A ELIMINAÇÃO DA DOENÇA

**ELOS ENTRE A TRIBUTAÇÃO E A
OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**
REFLEXÕES E EXPERIMENTAÇÕES SÃO
IMPERCEPTÍVEIS PARA A SOCIEDADE



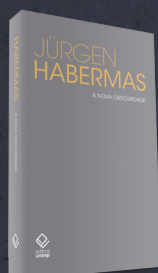
COLEÇÃO

HABERMAS

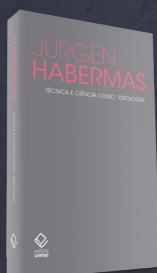
TEXTOS E CONTEXTOS

Jürgen Habermas

O filósofo alemão discorre sobre a produção de oito teóricos que o influenciaram de alguma maneira: Peirce, Husserl, Heidegger, Wittgenstein, Horkheimer, Simmel, Mitscherlich e Schmidt. Além de tecer os vínculos entre esses pensadores com seus contextos históricos, discute o quanto um determinado conteúdo argumentativo é capaz de transcender o próprio tempo e, portanto, aspirar à universalidade. | 344 págs. R\$ 68,00



A Nova obscuridade



Técnica e ciência como ideologia



Mudança estrutural da esfera pública



Na esteira da tecnocracia



Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987

www.editoraunesp.com.br



Governador
Geraldo Alckmin

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia
e Inovação

Márcio França



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Vice-reitora

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-reitor de Administração

Carlos Antonio Gamero

Pró-reitor de Pós-Graduação

Eduardo Kokubun

Pró-reitor de Graduação

Laurence Duarte Colvara

Pró-reitora de Extensão Universitária

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Secretária-geral

Maria Dalva Silva Pagotto

Chefe de Gabinete

Roberval Daiton Vieira

Assessor-chefe da Assessoria de

Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-presidente

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Editor-executivo

Túlio Kawata

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho



unesp*ciencia*

Diretor de redação Oscar D'Ambrosio

Arte Hankó Design (Ricardo Miura)

Assistente de arte Andréa Cardoso

Colaboradores Altino Correia, Ana Maria Klein, Carina

Santiago dos Santos, Antonio Fernando Monteiro Camargo,

Carolina Silva Pedrosa, Diêgo Delmônico, Fernando Braz

Tangerino Hernandez, José Roberto Fernandes Castilho,

Marcia Graminha, Marta Mestre, Oscar D'Ambrosio, Renato

Dias Baptista, Renato Xavier, Tiago Vinicius André dos Santos,

Valdemir Pires, Vinicius Evangelista (texto); Daniel Patire (foto)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Hankó Design (Ricardo Miura)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, CEP

01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.

www.unesp-ciencia.com.br

revistaunesp-ciencia@reitoria.unesp.br

Impressão Coan Gráfica

Tiragem 6 mil exemplares

É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e

imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não

refletem necessariamente a opinião da Universidade.

Abordagens competentes e criativas

N uma sociedade em que os alunos têm reclamado do tédio das aulas, de professores que ficam horas e horas falando, o educador precisa levar para a sua prática pedagógica novas interlocuções com as ideias, gerando situações criativas e inovadoras com os mais diversos recursos, como a oralidade, a escrita, o audiovisual e a ilustração.

O cinema, nesse contexto, pode ser uma ferramenta na fala do professor. O conceito não é novo. O que a reportagem de capa desta edição da **unesp*ciencia*** busca é disseminar a riqueza da linguagem cinematográfica para que seja aproveitada de forma inteligente. O filme pelo filme não conduz à aprendizagem. Sua exibição pode, sim, ampliar a capacidade de entrelaçar temas no espaço e no tempo.

Nesta edição, outros temas são tratados com esse mesmo objetivo, como a variação lexical de falares interioranos, a relação entre a tributação e a oferta de serviços públicos, o esvaziamento do papel da política externa brasileira e uma vacina que é o pontapé inicial contra a malária.

Discussões sobre a literatura e a educação em direitos humanos e antirracismo, o Laboratório de Percussão do Instituto de Artes, os 35 anos do curso de Engenharia Cartográfica da Unesp em Presidente Prudente, a educação superior nos EUA, o direito de filmar e fotografar as vias públicas e urbanas, as perspectivas para a silvicultura irrigada, os mecanismos sociais de proteção na Internet, uma exposição de arte de mestre pela Universidade, um livro de poemas para crianças e o problema da poluição da baía de Guanabara enriquecem a edição.

Cada temática sugerida pode ser o ponto de partida de uma aula cada vez mais competente e criativa. É isso que esperamos!



6

EDUCAÇÃO

Para saber mais de ciência e tecnologia
OSCAR D'AMBROSIO



18

DOSSIÊ POLÍTICA EXTERNA

O vazio da política externa
RENATO XAVIER
Os interesses da oposição brasileira na Venezuela
CAROLINA SILVA PEDROSO



14

PESQUISA

A variação lexical de falares interioranos



38

ARQUITETURA

Via pública x criações privadas
JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO



42

MUNDO VIRTUAL

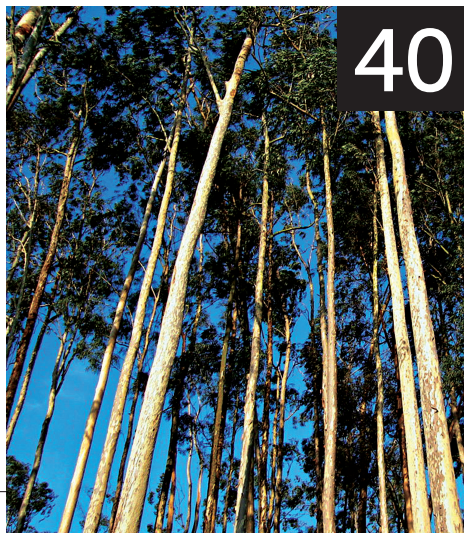
Internet: qual é o seu ponto na rede?
RENATO DIAS BAPTISTA



16

ECONOMIA

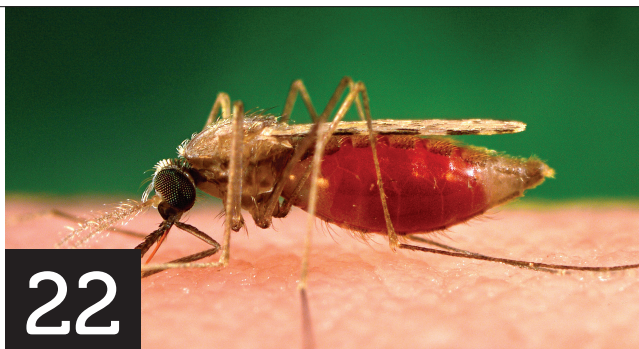
A relação entre tributação e oferta de serviços públicos
DIÉGO DELMÔNICO e VALDEMIR PIRES



40

AGRONOMIA

Perspectivas para a silvicultura irrigada
VINICIUS EVANGELISTA e FERNANDO BRAZ TANGERINO HERNANDEZ



22

SAÚDE

Pontapé inicial contra a malária

MARCIA GRAMINHA



24

DOSSIÊ

AFRODESCENDENTES

A literatura africana como possibilidade de ensino de História da África

CARINA SANTIAGO DOS SANTOS

Educação em Direitos Humanos e Antirracismo

ANA MARIA KLEIN e TIAGO

VINÍCIUS ANDRÉ DOS SANTOS



30

MÚSICA

Laboratório de Percussão do Instituto de Artes



33

MEMÓRIA

Engenharia Cartográfica da Unesp completa 38 anos

ALTINO CORREIA



48

FOTO DO MÊS

A incrível aventura de Mariana DANIEL PATIRE



44


ARTES VISUAIS

Sem querer abarcar toda a água que nos cerca

MARTA MESTRE

EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ESTADOS UNIDOS

REGINALDO C. MORAES



36

LEITURA

Educação superior nos Estados Unidos
REGINALDO C. MORAES



50

OPINIÃO

O problema da poluição da baía de Guanabara
ANTONIO FERNANDO MONTEIRO CAMARGO



Para saber mais de ciência e tecnologia

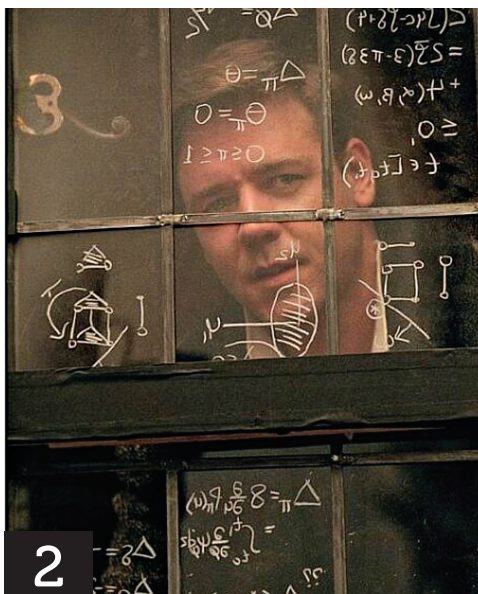
INDICAÇÕES DE FILMES SÃO DE PROFESSORES DA UNESP

Motivados por reportagem da *Exame*, com, professores da Unesp fizeram indicações de filmes indispensáveis sobre ciência e tecnologia. Paulo S. T. do Prado, do Departamento de Psicologia da Educação da Unesp de Marília, por exemplo, indica o filme *O jogo da imitação* (2014), dirigido por Morten Tyldum.

“Belíssimo em todos os aspectos, conta a história do jovem matemático inglês Alan Turing, que recebeu a missão de encontrar um modo de decifrar as mensagens criptografadas do exército alemão, de Hitler. Sua contribuição para a humanidade foi simplesmente incomensurável, pois seu trabalho foi responsável por antecipar



1



2



3



7

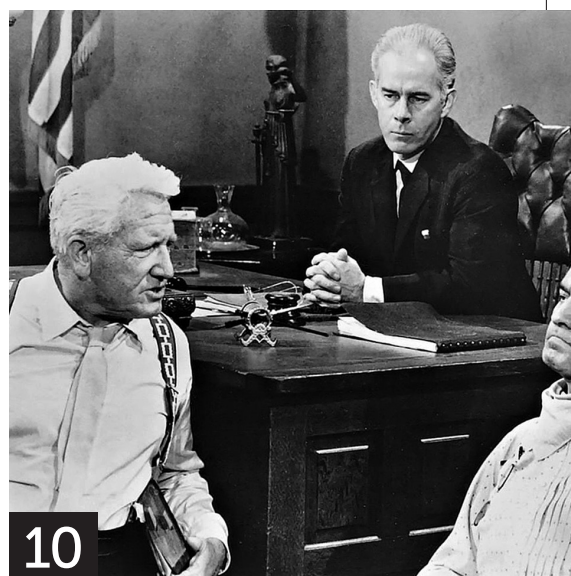


8

- 1 O jogo da imitação (2014)
- 2 Uma mente brilhante (2001)
- 3 O óleo de Lorenzo (1992)
- 4 Agora (2009)
- 5 As horas (2002)
- 6 Ponto de mutação (1990)
- 7 Brilho eterno de uma mente sem lembranças (2004)
- 8 A teoria de tudo (2014)
- 9 A guerra de fogo (La gerre du feu, 1982)
- 10 O vento será tua herança (1960)



9



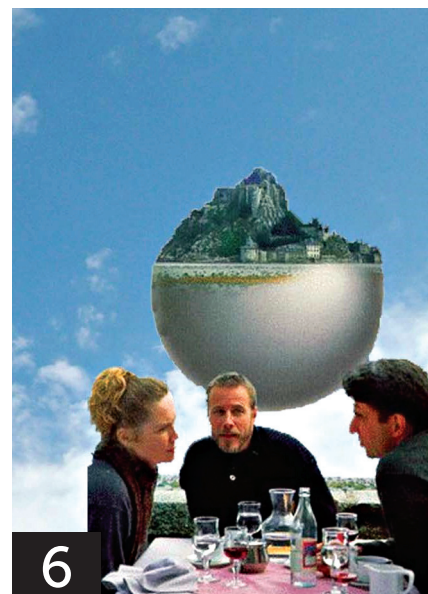
10



4



5



6

em cerca de dois anos o fim da Segunda Guerra Mundial, poupando dezenas de milhares de vidas. No entanto, o destino que lhe reservara sua pátria-mãe não lhe fez jus”, conta.

Cristiane Passafaro Guzzi, pós-doutoranda da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, também lembra de *O jogo da imitação*. “É um importante relato sobre a história do matemático Alan Turing, ainda que com certas amenizações sobre sua sofrida trajetória. Uma trama permeada de manipulações e reflexões atuais sobre o ser/estar em sociedades conservadoras”, afirma.

Ela ainda destaca *Uma mente brilhante* (2001), dirigido por Ron Howard. “Outro filme, do gênero drama biográfico, que relata

a vida do matemático John Forbes Nash e sua trajetória permeada pelas agruras da vida. O modo como seus delírios e alucinações permeiam uma ampla discussão entre realidade e imaginação”, diz. O filme também é destacado por Edemir de Carvalho, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília, que lembra que Nash faleceu neste ano em acidente com um táxi, do qual era passageiro.

Cristiane aponta ainda *A teoria de tudo* (2014), dirigido por James Marsh. “Além de contar a trajetória do físico Stephen Hawking, temos um filme que mescla os limites e deslimites de

uma mente que sempre buscou compreender a vida por meio do impacto da ciência”, conta.

Prado destaca o filme como a luta do jovem cientista contra uma doença degenerativa, sem desistir de suas ambições científicas de busca pela explicação do universo. “Na minha opinião, o filme mais significativo e emocionante dos últimos tempos”, acredita.

Além de *Uma mente brilhante* e *O jogo da imitação*, Silvia Winter, da Faculdade de Engenharia da Unesp de Guaratinguetá, apontou o filme espanhol *Ágora* (2009), que relata a

UMA MENTE SEM LEMBRANÇAS É UM DELINEAR DOS RELACIONAMENTOS QUE NÃO SE DEIXAM SUCUMBIR PELAS GARRAS DA MENTIRA

história de Hipátia (matemática e astrônoma), professora da Escola de Alexandria, entre os anos 355 e 415 d.C. e *As horas* (2002), sobre uma parte da vida de Virginia Woolf.

A pós-doutoranda Cristiane lembra ainda de *Brilho eterno de uma mente sem lembranças* (2004), dirigido por Michel Gondry. “Do gênero drama/romance, mas perpassando a ficção científica, eis um belo retrato das relações humanas, sem idealizações, mas, sim, um delinear dos relacionamentos que não se deixam sucumbir pelas garras da mentira ou da manipulação antinaturalista tão recorrente

em filmes do gênero. A ciência, aqui, entra como personagem na construção possível de um relacionamento com determinadas marcas apagadas para a consolidação de tal visão amorosa nua e crua”, explica.

João Eduardo Hidalgo, professor da Unesp em Bauru, Mestre em Literatura e Doutor em Cinema pela USP, indica o filme *Ponto de mutação* (Mindwalk, 1990), que se baseia no livro do físico Fritjol Capra e é dirigido por seu irmão Bern Capra. Nele, três pessoas no norte da França, uma cientista, um político e um ator, discutem a visão cartesiana da natureza e do homem. “A cientista mostra que o mundo

WAR GAMES CONTA DE FORMA ROMÂNTICA A POSSIBILIDADE DE UM ATAQUE HACKER QUE PODERIA CAUSAR UMA GUERRA NUCLEAR

não é uma engrenagem onde somos peças que compõem um todo, mas sim um conjunto de sistemas complexos inter-relacionados”, afirma.

Hidalgo também destaca *A guerra do fogo* (*La guerre du feu*, 1982), direção de Jean-Jaques Annaud, que mostra dois grupos de hominídeos, um que começou a dominar os rudimentos de uma linguagem, e outro que permanece tendo uma aproximação aos fatos do dia a dia, como o fogo produzido por raios, como algo sobrenatural. “O grupo que já pode se comunicar domina a produção do fogo e começa a ter contato com outras tribos e abre a perspectiva para a evolução da espécie humana”, comenta.

Edemir de Carvalho indica também *O vento será tua herança* (1960), que versa sobre a intolerância religiosa a partir do debate entre as ideias do criacionismo e o evolucionismo, destacando que a primeira versão, das duas existentes (1960 e 1999), é a mais interessante.

Recomenda ainda *O óleo de Lorenzo* (1992), que trata da difícil descoberta do controle de uma doença degenerativa neurológica, ressaltando a importância das pesquisas interdisciplinares.

Carvalho aponta também o filme *O nome da rosa* (1986), sobre a disputa entre a Igreja

católica e os primeiros cientistas. “Nessa mesma perspectiva, veja o filme *Giordano Bruno* (1973)”, diz.

2001 – uma odisseia no espaço (1968) é a escolha de Claudemilson dos Santos, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente. “O filme conta de forma muito interessante o modo de vida dos ancestrais do homem e fatos que demonstram a evolução. Também representa de forma magistral alguns princípios de física, como ausência de gravidade e propagação do som”, comenta. “Ao colocar a discussão da inteligência artificial num patamar novo, este filme, de Stanley Kubrick, baseado na obra de Arthur C. Clark, é imperdível.”

Além de *2001 – uma odisseia no espaço* e *O jogo da imitação*, Adriano Cansian, professor da Unesp em São José do Rio Preto, utiliza, em suas aulas na área de Computação filmes como *Freedom Downtime* (2001), documentário sobre Kevin Mitnick, dirigido por Emmanuel Golstein, editor da revista *2600 The Hacker Quarterly*, e *Operação Takedown* (2000), versão romanceada para o cinema sobre a caçada a Kevin Mitnick, que mostra o lado do seu capturador, Tsutomu Shimomura.

Cansian aponta ainda *23 – The History of Karl Koch* (1998), filme sobre a história de Karl Koch (1965-1989), hacker alemão ligado ao Chaos Computer Club (CCC – maior organização de hackers da Europa) e envolvido na venda de informações roubadas de computadores militares dos EUA para a KGB, no final dos anos 1980. “Koch atuava juntamente com Markus Hess, cuja história verdadeira também foi contada no também recomendado livro *The Cuckoo's Egg*, de Clifford Stoll”, explica.

Outra indicação do professor da Unesp em São José do Rio Preto é *Enigma* (2001), filme em versão romanceada de fatos reais ocorridos em 1943, durante a II Guerra Mundial, sobre criptoanálise e a máquina Enigma. “O filme se passa em Bletchley Park, instalação secreta britânica dedicada à quebra de códigos durante a II Grande Guerra”, relata.

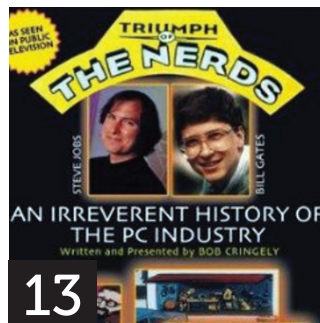
Triumph of the Nerds (1996) também está



11



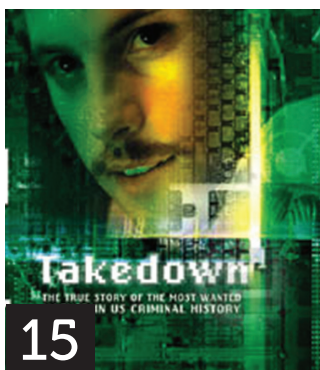
12



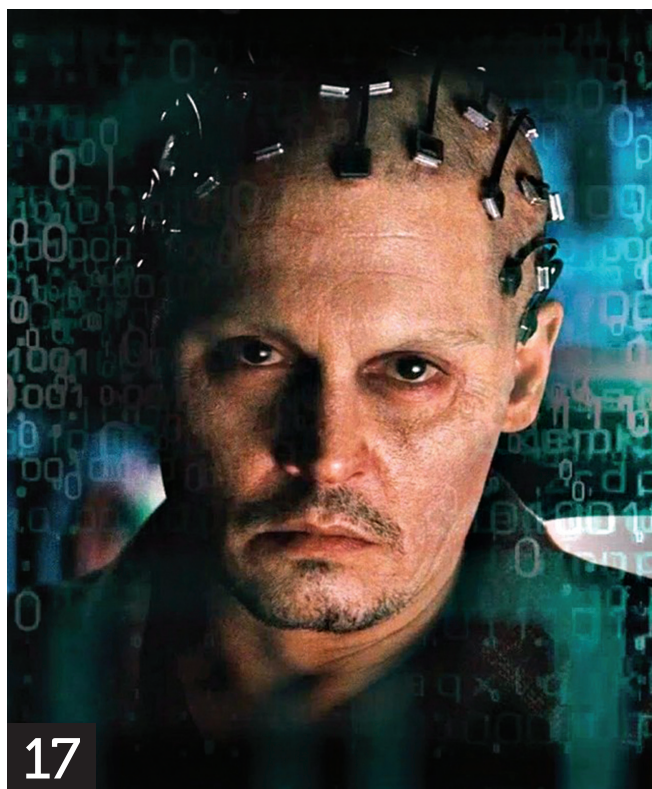
13



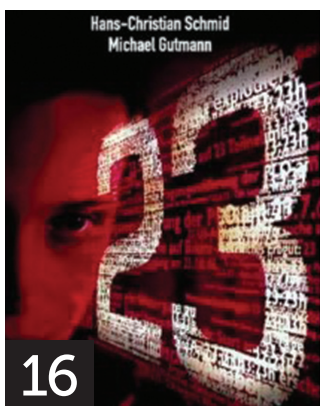
14



15



17

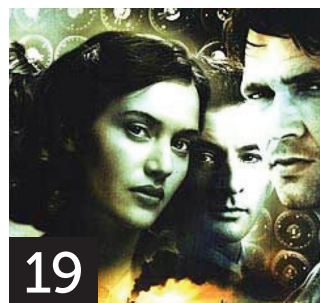


16

- 11 O nome da rosa (1986)
- 12 2001 – uma odisseia no espaço (1968)
- 13 Triumph of the nerds (1996)
- 14 Freedom Downtime (2001)
- 15 Operação Takedown (2000)
- 16 23 – The history of Karl Koch (1998)
- 17 Transcendence (2014)
- 18 Pirates of Silicon Valley (1999)
- 19 Enigma (2001)
- 20 Giordano Bruno (1973)
- 21 War Games (1983)



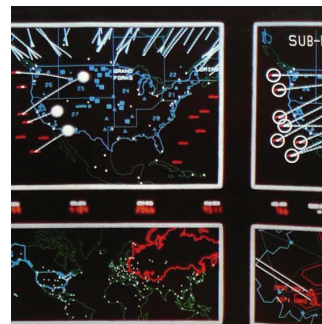
18



19



20



21

na lista de Cansian. “É um documentário feito para a TV, em três episódios, que conta de forma bem-humorada a história do surgimento da indústria dos computadores pessoais desde o início da década de 1970. Traz entrevistas com pessoas que revolucionaram a história da indústria dos computadores. Os três episódios foram juntados num DVD”, esclarece.

Outra indicação de Cansian é *Pirates of Silicon Valley* (1999), versão para TV da história da criação e evolução da indústria dos microcomputadores pessoais, retratando principalmente as personalidades hackers dos fundadores da Microsoft, Bill Gates, e da Apple, Steve Jobs e Steve Wozniak, e a disputa da Microsoft x

DECISÕES EXTREMAS RELATA A LUTA DE UM PAI QUE, PARA BUSCAR A CURA PARA A DOENÇA DE POMPE, ESBARRA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Apple pelo domínio do mercado.

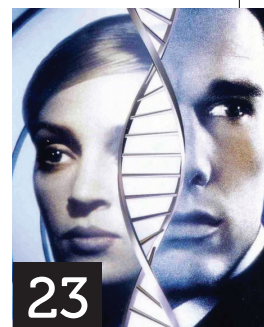
War Games (1983), clássico filme e primeiro a abordar a possibilidade de um ataque cibernético, também está na lista de Cansian. “Conta de forma romântica a possibilidade de um ataque hacker que poderia causar uma guerra nuclear. Tem vários aspectos tirados de casos verdadeiros dos anos 1980”, comenta.

Transcendence (2014), filme sobre um pesquisador de inteligência artificial que cria um computador que possui sensibilidade e inteligência coletiva, e que acaba causando um caos mundial, também é lembrado. “Tem muitos aspectos de pesquisas reais sobre inteligências artificiais e nanomáquinas, e leva a uma reflexão sobre os riscos de se criar uma inteligência artificial”, informa Cansian.

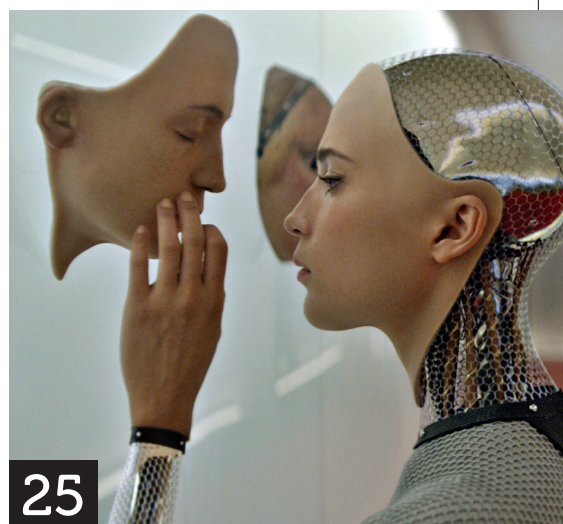
Cansian cita ainda *Ex Machina* (2015), filme sobre o desenvolvimento de um robô com capacidades cognitivas e características humanas de pensamento e sentimentos. “Traz vários aspectos que estão sendo pesquisados e leva a uma reflexão sobre a inteligência artificial”, apresenta o professor da Unesp em São José do Rio Preto.



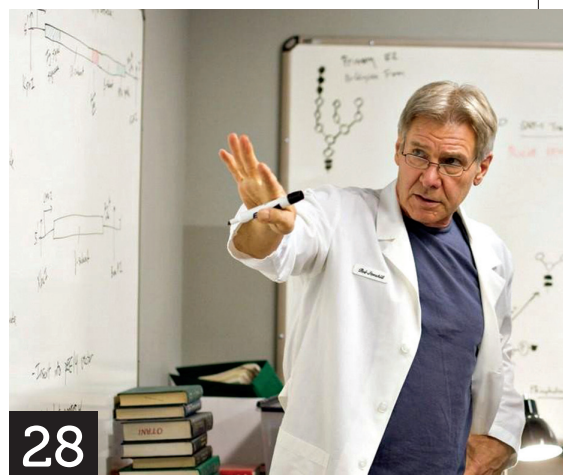
22



23



25



28

22 **Berlim: sinfonia de uma metrópole (1927)**

23 **Gattaca: a experiência genética (1997)**

24 **Douro, Faina Fluvial (1931)**

25 **Ex Machina (2014)**

26 **Cosmos (1980)**

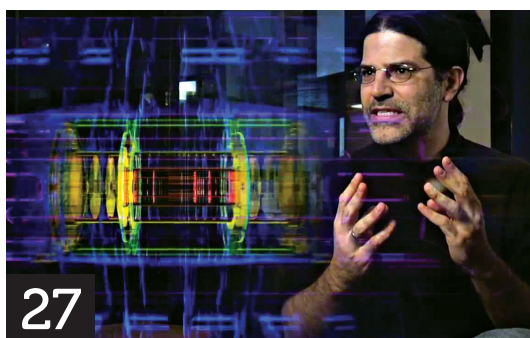
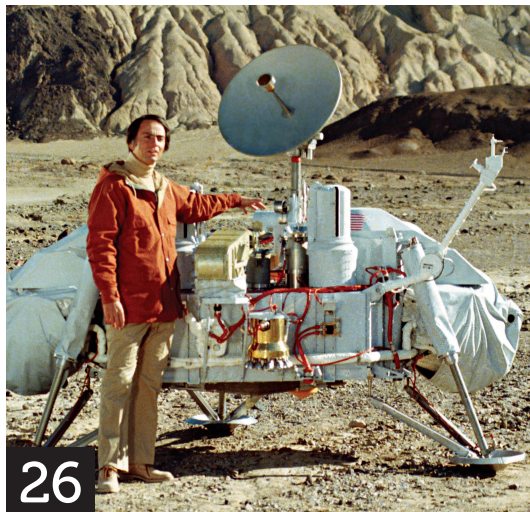
27 **Particle fever (2013)**

28 **Decisões extremas (2010)**

29 **O homem com a câmera (1929)**



29



Waldemar Venturini, professor da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Unesp em Botucatu, lembra que o astrônomo Carl Sagan produziu no início dos anos 1980 um documentário em 13 capítulos intitulado *Cosmos*. Dez anos depois houve uma atualização desta série por ele mesmo. “O objetivo do Sagan era popularizar a ciência. Há alguns anos, a série *Cosmos* foi refeita. Agora a apresentação cabe ao astrônomo Neil De Grasse Tyson, um pupilo de Sagan. A nova série continua com 13 capítulos. Este é um documentário indispensável para os que se interessam por ciência”, avalia.


Fernanda Mani, do Laboratório de Bioquímica Clínica e Minerais do Departamento de Química e Bioquímica do Instituto de Biociências da Unesp em Botucatu, cita o filme *Decisões extremas* (2010). “Relata a luta de um pai que busca a cura para a doença de Pompe, uma doença do metabolismo do glicogênio. Ele financia uma pesquisa, mas acaba esbarrando na indústria farmacêutica. São possíveis várias reflexões neste filme”, conta.

Fábio S. de Vicente, do Departamento de Física do Instituto de Geociências e Ciências

Exatas da Unesp em Rio Claro, indica o documentário *Particle fever* (2013). “Assisti e achei fantástico!”, avalia o docente. O filme mostra a busca pela existência do bóson de Higgs, também denominado de “Partícula de Deus”, com a construção do LHC (Large Hadron Collider) que é o maior acelerador de partículas do mundo.

O pesquisador lembra que, na teoria do físico escocês Peter Higgs, tudo já havia sido experimentalmente confirmado, exceto o bóson de Higgs, sendo a última peça do quebra-cabeça na teoria que explica em detalhes como funcionam todas as partículas e forças da natureza, exceto a gravitação. A descoberta do bóson de Higgs coroa o maior feito intelectual da história da humanidade até agora, uma teoria que explica uma infinidade de fenômenos naturais.

Gattaca: a experiência genética (1997) é a escolha de Ivan de Godoy Maia, do Instituto de Biociências da Unesp em Botucatu. “O filme aborda questões sobre a manipulação genética de seres humanos, o determinismo genético e controle social. Traça a trajetória de um indivíduo concebido biologicamente, cujo genoma não sofreu manipulação genética, que tenta superar as limitações impostas pela sociedade para seres humanos considerados impuros”, justifica.

Renata Soares Junqueira, do Departamento de Literatura da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Araraquara, selecionou o documentário *Douro, faina fluvial*, do cineasta português Manoel de Oliveira (1908-2015). “O filme, originalmente mudo, é de 1931 e marcou o início da carreira cinematográfica do longo realizador (foi o seu primeiro filme!). Adere à série internacional dos modernos filmes urbanos do final da década de 1920. Nele são evidentes os influxos de *Berlim: sinfonia de uma metrópole* (1927), de Walther Ruttmann, e de *O homem com a câmera* (1929), de Dziga Vertov. “Trata-se de um caso ímpar de focalização do elemento humano no contexto da modernidade industrial. Sendo um filme que versa sobre moderna tecnologia, é sobretudo um grande filme humanista. Um dos melhores filmes humanistas que já vi”, conclui a pesquisadora. 

A variação lexical de Falares interioranos

TRABALHO ENTREVISTOU ACADÊMICOS, GRADUANDOS EM AGRONOMIA E AGRICULTORES DE DOURADOS/MS

Ioneide Negromonte de Vasconcelos Rocha defendeu, na Unesp de São José do Rio Preto, a tese de doutorado intitulada “Estudo comparativo da variação lexical de falares interioranos: acadêmicos graduando e graduado em Agronomia e agricultores de Dourados/MS”. O trabalho foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

A língua de um povo é a forma mais representativa de seus traços culturais. É por meio dela que cada falante manifesta as crenças, os costumes, os valores, a religião, a visão de mundo de uma sociedade. Com base nesse princípio, estudar o léxico de uma língua natural revela todo o conhecimento da história social do povo que a utiliza.

Assim sendo, esta pesquisa, embasada nos pressupostos teóricos da Lexicologia e apoiada



nos procedimentos metodológicos da Linguística de Córpus, investiga a variação lexical que ocorre em falantes urbanos de Instituições de Ensino Superior (IES) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Faculdade Anhanguera de Dourados/MS e Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) – e falantes do meio rural da Região da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul, que se distribuem nos seguintes grupos: A) docentes do curso de graduação em Agronomia (representantes do sistema educacional), B) estudantes em formação no curso de graduação em Agronomia e C) agricultores que se dedicam a atividades agrícolas.

Nesse cenário, o léxico é considerado no processo de relação comunicativa entre os falantes e o próprio meio social, levando à




Violeiro, 1899 – óleo sobre tela – 141 x 172 cm. Obra do pintor brasileiro José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899). Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo

identificação dos seus diferentes níveis de uso. Para tanto, é por meio do estudo de Campos Léxico-Semânticos (CLS) que se observa, nos três grupos, até que ponto o léxico da agricultura está presente na linguagem dos usuários entrevistados, se há domínio das unidades lexicais de práticas agrícolas e assimilação de jargões próprios dos ruralistas para se reportarem aos mesmos temas.

Nesse sentido, o levantamento de diferenças e semelhanças entre os níveis que vão das unidades lexicais técnicas (próprias da Literatura de práticas agrícolas) à fala corrente permite refletir sobre como o conhecimento contribui ou não na intercomunicação entre os informantes. A pesquisa realiza-se por uma amostragem de 55 entrevistas orais com falantes dos três grupos, de onde foram coletadas as

lexias mais frequentes classificadas nos CLS.

O procedimento de entrevista, *in loco*, e a transcrição do corpus têm como modelo o banco de dados da Amostra Linguística do Interior Paulista (Projeto ALIP). Para o processamento e análise dos dados, especialmente a seleção das lexias, realizada por meio do Programa WordSmith Tools 6.0, houve a contribuição dos preceitos da Linguística de Corpus.

Os resultados particulares levam a uma reflexão geral, pautada na relação entre o conhecimento formal e o conhecimento empírico, na constituição da história da língua e da própria sociedade. Além disso, o comportamento linguístico do grupo social em questão – falantes envolvidos com a área agrária – faz parte da própria identidade frente à realidade que vivencia de práticas agrícolas. 

Comissão Examinadora
Maria C. P. da Silva –
 Orientadora (Unesp/
 SJRP)
Aparecido N. Isquendo
 (Universidade Federal
 de Mato Grosso do Sul)
Maria E. Soares
 (Universidade Federal
 do Ceará)
Celso F. Rocha (Unesp/
 SJRP)
Vivian Orsi (Unesp/
 SJRP)



A relação entre tributação e oferta de serviços públicos

UM GRANDE MONTANTE DE RECURSOS É ARRECADADO, MAS NÃO É DEVOLVIDO À SOCIEDADE

Uma das maiores dificuldades para o avanço do debate acerca do tamanho do Estado brasileiro é, exatamente, mensurar suas dimensões simplesmente pela óptica do quanto o empresariado supõe que sejam seus gastos e custos com tributação, achando, primeiro, que se trata de exação excessiva e, segundo, que os impostos incidem sobre a atividade empresarial e não sobre os preços, bancados pelos consumidores.

Defensores da redução do Estado afirmam, sem diferenciar adequadamente tributos de contribuições e tarifas, que o “custo-Brasil”, em sua dimensão tributária, desestimula a competitividade e o empreendimento, sem

que, em troca, a sociedade pagante receba serviços públicos de qualidade.

Por outro lado, defensores da ampliação do Estado argumentam, tendo em vista o cenário internacional, que o montante dos impostos não só não é alto, como a situação de precariedade dos serviços públicos brasileiros denuncia uma carência de recursos a serem aplicados nas diversas funções do Estado.

Seja de um lado, seja de outro, duas linhas de argumentação comumente aparecem nas contendas. A primeira sugere que a corrupção representa um escoamento ilegal de recursos, que poderiam ser utilizados para o cumprimento das funções do Estado, sem a necessidade de

arrecadar mais. Nesta abordagem, raramente a prática da sonegação fiscal comparece como problema, que, sabidamente, existe e não é de pouca monta. Tampouco a regressividade do sistema tributário brasileiro é citada, apesar de sua gritante realidade.

A segunda linha sustenta que o gasto com serviço da dívida pública compromete os orçamentos (principalmente o federal), reduzindo o poder de atuação do Estado e constringendo-o a superávits primários exorbitantes, superiores às despesas com a maioria das políticas públicas.


Pertinentes, os dois casos confirmam que um grande montante de recursos é arrecadado, mas não é devolvido à sociedade na forma de investimento público, políticas sociais ou ampliação e melhoria dos serviços. Além disso, mesmo que os juros da dívida pública sejam altíssimos, seu montante não é excepcional em comparação ao verificado em outros países; e mesmo que as práticas de corrupção drenem volumes extraordinariamente grandes dos cofres públicos, estes não são tão expressivos como proporção do orçamento público federal. O serviço da dívida e a corrupção, que de fato fragilizam as disponibilidades para os gastos públicos federais não são fatores de pouca importância para a compreensão do desencaixe crônico entre a arrecadação e a quantidade e qualidade dos serviços públicos ofertados, mas há outro elemento explicativo da falta de recursos para uma atuação mais adequada do Estado: a qualidade do gasto público.

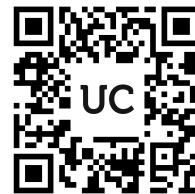
De acordo com dados do World Bank Data (WBD), no que diz respeito ao montante dos impostos em relação ao PIB, o Brasil se encontra em um patamar de relativa normalidade no cenário mundial. No entanto, em um dos indicadores disponibilizados no mesmo WBD, “Time To Prepare and Pay Taxes”, o Brasil é líder mundial isolado, com um gasto de 2.600 horas por ano para preparar e pagar três grandes tipos de impostos: imposto sobre renda, sobre vendas e sobre a folha de pagamento, mais que o dobro do segundo colocado, a Bolívia, com 1.025 horas, o que indica grandes custos de operação, desnecessários tanto para

o setor público, quanto para o setor privado.

Ao assumir que o problema demonstrado por este indicador internacional é representativo do funcionamento não só dos setores relacionados à tributação, mas de muitas das áreas da administração pública, fica claro que uma parte da discrepância entre o total da arrecadação e os serviços prestados tem estreita relação com o desperdício de tempo e recursos gerado pelos altos custos de operação governamental. Nesse contexto, a sensação de inchaço do Estado se relaciona intimamente ao funcionamento do setor público e dos custos gerados para o setor privado, em decorrência de processos altamente burocratizados, muitos dos quais o uso de tecnologias de informação e os planos de desburocratização não conseguiram resolver.

REFLEXÃO E EXPERIMENTAÇÃO ESTÃO PRESENTES EM VÁRIOS SEGMENTOS GOVERNAMENTAIS, MAS EM VOLUME E RITMO INSUFICIENTES

Um motivo provável para isso é que a burocracia sempre foi equivocadamente interpretada de maneira restrita, como um problema que se restringe à execução dos serviços públicos, às vezes até como um problema meramente motivacional dos servidores, sem maior aprofundamento da análise do fenômeno burocrático, no que diz respeito ao planejamento e ao desenho dos processos e das instituições. É, evidentemente, preciso ir além de tão rasa percepção do fenômeno burocrático, a fim de que sistemas e processos, procedimentos e rotinas presentes nas estruturas, comportamentos e posturas governamentais possam ser submetidos a uma permanente inovação que conduza à maior eficiência nas atividades sob responsabilidade do Estado, no Brasil. Isso demanda reflexão e experimentação, felizmente já presentes em vários segmentos governamentais, embora em volume e ritmo insuficientes e, por isso, imperceptíveis para o conjunto da sociedade. 



Diêgo Delmônico é mestrando da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.



Valdemir Pires é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 22 de junho de 2015.

Alvo fácil de críticas

ARTIGOS
DISCUTEM O
ESVAZIAMENTO
DO PAPEL
DA POLÍTICA
EXTERNA
BRASILEIRA

O VAZIO DA POLÍTICA EXTERNA

RENATO XAVIER

A política externa do governo Dilma tem sido alvo fácil de críticas. O esvaziamento do papel da política externa brasileira complica o cenário regional e as relações do Brasil com os seus vizinhos. Quer por excesso de frentes abertas no governo anterior e a incapacidade econômico-política em dar continuidade a elas, quer por falta de consenso interno, na ausência do Itamaraty, abrem-se caminhos para que outros atores apareçam e atuem.

Do ponto de vista das relações internacionais do Brasil, importa menos entrar na seara doméstica venezuelana e mais na análise das implicações da ida dos parlamentares ao país vizinho e o que isso representa para a integração regional.

O Brasil tem desempenhado importante papel nas relações com e entre os seus vizinhos. Ainda que a questão da liderança regional seja motivo de discórdia, as crises políticas na região foram quase sempre contornadas pela via diplomática.

O alinhamento político-ideológico que se verificou durante a primeira década do século XXI foi fator fundamental para o avanço do regionalismo, especialmente para a solução de conflitos na região. Alguns casos exemplifi-



cam: a questão de Itaipu (Brasil e Paraguai, 2006); a ação do Exército da Colômbia contra as FARC em território equatoriano (2008); a expropriação da Petrobras pela Bolívia de Evo Morales (2009). A solução das crises contou especialmente com uma diplomacia ativa e não intervencionista.

O surgimento de forte oposição política no Brasil e, particularmente, na Venezuela intrinsecou o cenário regional que parecia caminhar estável. A luta entre chavistas e oposicionistas rompeu as fronteiras nacionais e o suposto impedimento da comitiva parlamentar, liderada por Aécio Neves (PSDB), foi o estopim para aumentar o coro crítico ao governo venezuelano e pedir a sua saída do Mercosul.



© Wikipédia

Para as relações entre os países da região, as recentes manifestações do PSDB em relação ao Mercosul e os desdobramentos da viagem dos parlamentares gera um clima de insegurança institucional. Isso porque todo processo de integração depende, sobremaneira, de expectativas. Em outras palavras, o processo de integração regional deve passar ao largo das contingências políticas e das mudanças de um governo para o outro.

O avanço do ativismo político da oposição em questões internacionais chama atenção à medida que a disputa irrompe o cenário doméstico e passa a ter lugar em um ambiente dotado de complexidade (a arena internacional), com atores difusos (partidos políticos) e

relativamente menos responsáveis do que a chancelaria oficial.

Ao Itamaraty, portanto, caberá agora trabalhar em duas frentes. Se, de um lado, apoia a contenda dos parlamentares brasileiros, de outro, deverá utilizar todas as suas ferramentas diplomáticas para evitar que a refrega alcance *status* de crise entre os Estados – com reflexos negativos tanto para o Mercosul quanto para a Unasul.

Ademais, o desejo de que o Itamaraty aja mais energicamente não encontra base sólida na sua história. No entanto, o caso serve de alerta ao governo Dilma: todo espaço vazio pede para ser ocupado. Na política externa não seria diferente. [UC](#)



Renato Xavier é pesquisador do Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC – SP) em Relações Internacionais (RI) e integra o NEAI – Núcleo de Estudos e Análises Internacionais.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 23 de junho de 2015



Carolina Silva Pedrosa é pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 19 de junho de 2015.

OS INTERESSES DA OPOSIÇÃO BRASILEIRA NA VENEZUELA

CAROLINA SILVA PEDROSO

Um incidente envolvendo a comitiva liderada pelo senador Aécio Neves (PSDB) na Venezuela gerou muita repercussão, tanto nas redes sociais, como no próprio parlamento brasileiro, que aprovou uma moção de repúdio contra o governo do país vizinho. Sob a névoa dos acontecimentos e diante de informações controvertidas, é difícil apontar um só culpado. Deputados da base aliada da presidente Dilma, que também estavam no país, teriam enfrentado grandes dificuldades para chegarem até Caracas. Além da manifestação popular que cercou o veículo em que a delegação de opositores se encontrava, outros fatores que supostamente impediram a movimentação deles foram a manutenção de um dos túneis que leva à capital e a interdição de outra via alternativa por protestos antigoverno.

Neste momento, mais do que compreender o complexo cenário político venezuelano, é importante que os cidadãos brasileiros refli-

tam sobre as reais motivações que levaram esse grupo de parlamentares à Venezuela, sobretudo porque foram utilizados recursos públicos nesta empreitada. Apresentam-se, pois, duas hipóteses: o desejo genuíno de proteger a democracia venezuelana ou buscar, por meio da política externa, fragilizar ainda mais a governabilidade de Dilma Rousseff.

Para basear a primeira possibilidade, há elementos que comprovariam que o regime democrático venezuelano está em risco, seja pelas ações questionáveis do presidente Maduro nos últimos meses, seja pelo ímpeto golpista de parte da oposição, em especial daquela liderada por Maria Corina Machado, deputada cassada que foi uma das anfitriãs dos senadores brasileiros. A destabilização de qualquer país ao redor do Brasil é de interesse nacional, configurando, portanto, uma causa legítima, ainda que já existam instâncias e mecanismos regionais destinados a gerenciar crises políticas deste tipo, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em um momento de alta conflitividade política, em que se discutem pautas importantes para o




futuro do Brasil, como a votação do ajuste fiscal, é de se questionar a preocupação destes parlamentares com a situação democrática de um país vizinho, especialmente tendo em vista o histórico desinteresse do Legislativo brasileiro em política externa.

Já a segunda hipótese aponta para o fato de que haveria interesses domésticos muito mais determinantes para essa viagem. Vale notar que este grupo de parlamentares defende um processo de impeachment da presidente Dilma, mesmo sem ter bases legais sólidas para tal. Muitos deles participaram e apoiaram protestos no início de 2015 que abrigavam pautas pouco democráticas, como intervenção militar (saída que não está prevista na Constituição Federal de 1988) e até ações de ingerência dos Estados Unidos para retirar Rousseff do poder. Nesse sentido, a estratégia de travar as votações internamente e começar a explorar as contradições da política externa brasileira serviria para enfraquecer a presidente em um momento de baixa aprovação de seu governo, colocando-a diante de um impasse diplomático. Adicio-

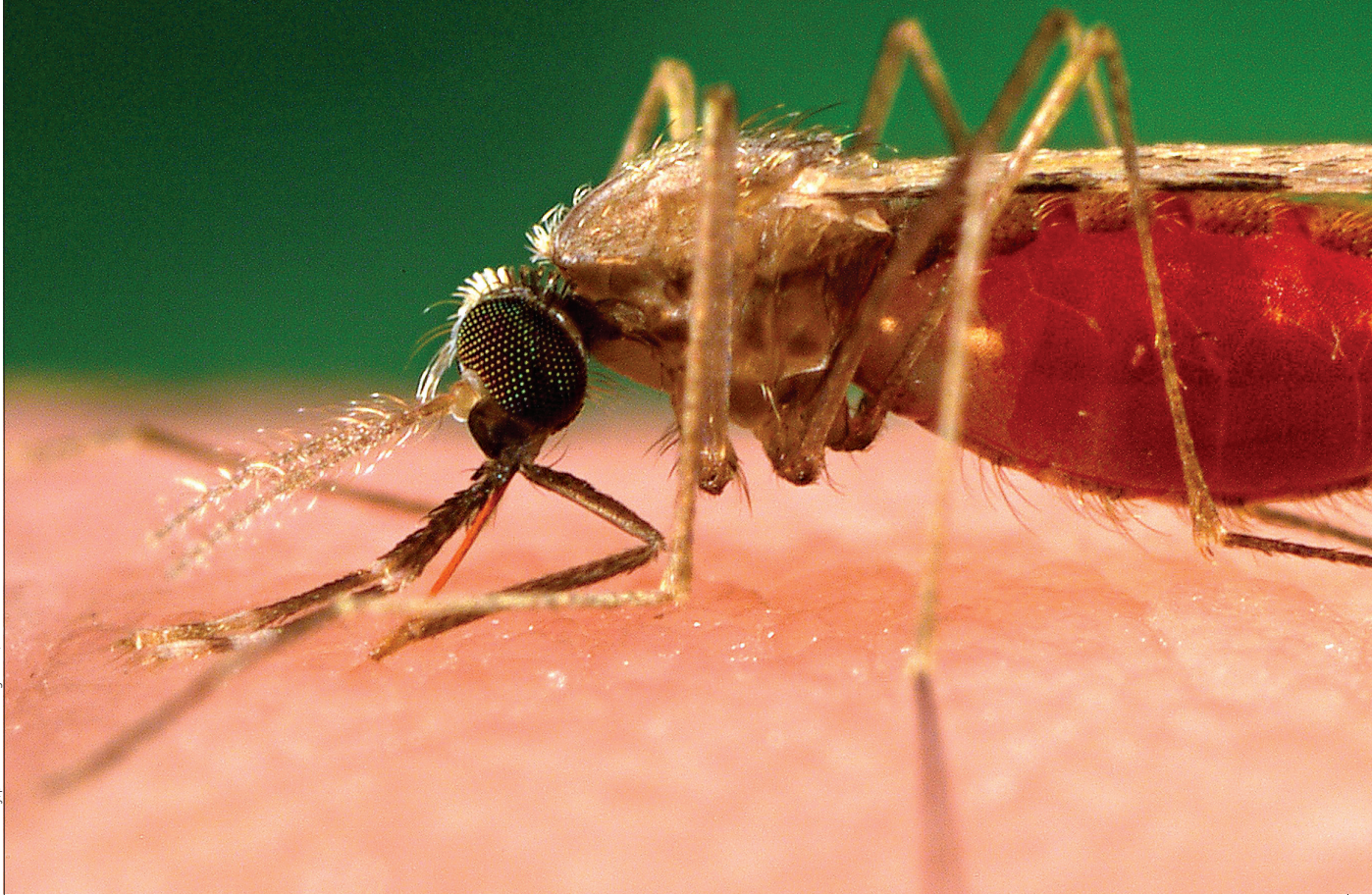
nalmente, o pouco apreço de Dilma à política internacional contribuiu para que um cenário de iminente incidente diplomático com um parceiro comercial importante do Brasil fosse construído.

Será interessante observar nos próximos dias as manobras diplomáticas que o Itamaraty – instituição até agora pouco valorizada

A ESTRATÉGIA DE EXPLORAR AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENFRAQUECE A PRESIDENTE EM UM MOMENTO DE BAIXA APROVAÇÃO

pela mandatária petista – terá que fazer para manter a histórica postura brasileira de não intervenção em assuntos domésticos e, ao mesmo tempo, lidar com as pressões internas para uma ação mais enfática contra o governo de Maduro. A oposição brasileira colocou a mão em um vespeiro e quem terá de correr é a presidente Dilma. Cabe ao Itamaraty a função de salvá-la. Se ele terá fôlego e disposição para essa tarefa, são outros quinhentos... 

Presidenta Dilma Rousseff e o presidente da República da Venezuela, Nicolás Maduro, durante declaração à imprensa, Brasília – DF (2013)



Pontapé inicial contra a malária

VACINA
CORRESPONDE,
ATÉ O
MOMENTO, AO
ÚNICO GRANDE
PASSO PARA
A FUTURA
ELIMINAÇÃO DA
DOENÇA

A malária é uma doença causada pela picada do mosquito *Anopheles* infectado pelos parasitos do gênero *Plasmodium*. Esta parasitose afeta, principalmente, populações pobres e marginalizadas de países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, especialmente a região amazônica e países do continente africano. Os altos índices de mortalidade e morbidade associados a esses parasitos são atribuídos a fatores socioeconômicos das populações atingidas e à complexa relação parasito-homem, os quais provocam atrasos no desenvolvimento de novos medicamentos ou vacinas eficazes para o tratamento e controle dessa doença. De acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras, a malária mata todos os anos cerca de 580 mil pessoas, sendo




na transmissão e no número de casos. Mas isso não é suficiente. Já existem relatos sobre a circulação nas regiões endêmicas de cepas de *Plasmodium* resistentes (não responsivas) a medicamentos de última geração, como é o caso da artemisina, o que poderá reverter a tendência positiva do controle já alcançado.

Ao longo do desenvolvimento da infecção no homem, os parasitos apresentam diferentes formas (hipnozoítas, trofozoítas, merozoítas e gametócitos), o que dificulta o desenvolvimento

A MALÁRIA MATA TODOS OS ANOS CERCA DE 580 MIL PESSOAS, 90% DELAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA

de vacinas eficazes. O anúncio feito dia 24 de julho, pela indústria farmacêutica Glaxo Smith Kline (GSK), sobre o parecer favorável dado pela agência europeia reguladora de medicamentos EMA (European Medicines Agency) para o uso da vacina antimalária Mosquirix, em desenvolvimento há quase 30 anos, é um pontapé inicial no avanço do controle da malária e, quem sabe, na sua futura erradicação, pois apenas uma combinação de ferramentas de prevenção, diagnósticas e quimioterápicas associadas a vacinas eficazes poderão assegurar contínua redução do número de casos, da mortalidade e, quem sabe, sua erradicação. Muito ainda precisa ser feito, pois, apesar de estar longe de ser eficaz, Mosquirix atrai apoio financeiro para novas pesquisas, pavimentando o caminho para o desenvolvimento de novas vacinas de segunda geração. A Mosquirix corresponde, até o momento, ao único, porém grande, passo para a futura eliminação da malária.

A tempo, a inspiração para a Mosquirix é a descrição da proteína circunsporozoíta de *Plasmodium*, feita pelo casal Ruth e Vitor Nussensweig em 1985, pesquisadores da USP, posteriormente transferidos para a Universidade de Nova Iorque após o golpe militar de 64 (<http://revistapesquisa.fapesp.br/2004/12/01/uma-quimica-que-deu-certo/>) 

que 90% de todas essas mortes ocorrem na África subsaariana.

O controle da malária inclui medidas preventivas como diminuição da população de insetos pela borrifação das paredes dos domicílios das regiões endêmicas com inseticidas de depósito e identificação de casos humanos pelo diagnóstico rápido, apurado, seguido por intervenção terapêutica. O monitoramento da eficácia do tratamento antimalárico é igualmente decisivo. Isso exige controle da eliminação dos parasitos para que se possa detectar precocemente qualquer recrudescimento da doença devido às variedades resistentes aos medicamentos utilizados.

Podemos dizer que já houve algum progresso no controle da malária, com redução



Marcia Graminha é docente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unesp em Araraquara e coordena pesquisas de novos medicamentos para o controle de doenças parasitárias.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 24 de julho de 2015.



Textos enfocam literatura e educação em direitos humanos e antirracismo

A LITERATURA AFRICANA COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

CARINA SANTIAGO DOS SANTOS

O *mundo se despedaça* foi escrito em 1958 por Chinua Achebe. Sua literatura assume um papel político e é também influenciada pelo movimento pan-africanista iniciado na diáspora, com voz marcante na América estadunidense. A literatura estudada possibilita apreender modos de vida que caminham entre os campos da tradição e da modernidade porque não são estáticos e a cultura é construída diariamente pelo homem e não o contrário. Os “entre lugares”, apontados na perspectiva decolonialista, sugerem este caminho para

rompermos com concepções idílicas de África que acabam perpetuando estereótipos que se busca superar. Este olhar sobre o imaginário é pautado em uma ideia de rizoma em que tudo está interligado e onde romper com o dicotômico e com o conceito de raça abre caminhos para perceber como diferentes culturas constituem seus mundos e se percebem integrantes deles.

Ao longo de toda a obra percebemos a presença marcante da oralidade na escrita, aqui entendida como uma forma de se relacionar com o mundo e de modo algum significa que em função dessa tradição há menor complexidade na sociedade africana apresentada no livro. A narrativa valoriza os provérbios ao longo do texto como uma forma de transmissão e construção de conhecimento. Hampaté Bâ



O mundo se despedaça
Chinua Achebe,
tradução Vera Queiroz
da Costa e Silva,
Companhia das Letras,
240 p., R\$ 42

(1982, p.194) afirma que “o ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida. Este modo de proceder pode parecer caótico, mas, em verdade, é prático e muito vivo. A lição dada na ocasião de certo acontecimento ou experiência fica profundamente gravada na memória”.

Deste modo é possível perceber a importância desse aspecto, porque o homem que profere a palavra se compromete com o que diz e passa a ser visto pelos demais como sendo reflexo do que sai de sua boca, não havendo dissociação entre espírito e matéria.

Esta discussão é perceptível no romance nos momentos em que aconteciam os encontros dos homens mais velhos e importantes para deliberar sobre problemas das aldeias, nas histórias contadas às crianças por suas mães ou mesmo nas tratativas dos casamentos.

É PRECISO LEVAR À SALA DE AULA ELEMENTOS QUE CONSIGAM DAR CONTA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E SUPEREM A RAÇA COMO PRINCÍPIO FUNDANTE DA PRÁTICA DOCENTE

A religiosidade aparece nas mais diversas culturas desde o momento em que buscam no sagrado a explicação para a origem da vida. Dentro das sociedades africanas a história antes de tudo é uma história do sagrado. A ancestralidade traduz-se em um modo de vida cunhado no poder dos ancestrais e une populações em temporalidades diferentes.

O desafio está em apresentar a temática sem racializar o estudo ou trazer as culturas africanas como superiores, usando instrumentos de comparação construídos em uma lógica eurocêntrica. É preciso substituir a formulação de uma identidade para todos, que ao adotar um grupo como universal exclui as experiências dos demais. Assim afirma Oliva (2013, p. 35) ao apontar que:


“ao partirmos do princípio de que somos membros de uma sociedade multicultural

avancamos no esforço de identificar nossas várias ancestralidades e agentes formadores. Implodimos com mitos de origem que insistiam a nos tratar como membros de uma única cultura. De forma parecida, assumimos a necessária urgência de elaborarmos políticas e estratégias que combatam as desigualdades geradas por essências discriminatórias e que permitam aos diversos grupos ou componentes desse mosaico que é a Identidade Nacional (plural e diversa) se autoafirmarem, sendo valorizados e reconhecidos por todos”.

Neste viés, a literatura africana nos permite notar “histórias locais, experiências vivenciadas e incrustadas nos corpos – lócus em que ficam codificadas memórias, crenças, hábitos, ofícios transmitidos em compartilhados rituais cotidianos – foram renegados”. (ANTONACCI, 2013 p. 239).

A narrativa nos põe em contato com a cultura de um dos inúmeros povos de África e nos remete ao cuidado necessário que devemos ter em constantemente pontuar a diversidade africana em suas culturas, línguas, organizações remetendo nossos estudantes ao raciocínio de que existem Áfricas em África.

Este olhar abre caminho para o estudo da oralidade, das construções identitárias onde os corpos negros assumem protagonismo e em seus movimentos apresentam espaços de linguagem e memória. Assim, como aponta Antonacci (2013, p. 256), “expressões [...] literárias vêm sustentando arqueologia de saberes na contracorrente do colonial e racial, vitalizando diferenças, ampliando entrelaçamentos culturais, desafiando processos que tentam subjugar a singularidade histórica de povos, culturas e lugares”.

É preciso que, enquanto docentes e responsáveis pela construção de uma sociedade que respeite as diferenças por meio do conhecimento, estudemos e possamos trazer elementos à cena da sala de aula que consigam dar conta da legislação vigente e superem a raça como princípio fundante de nossa prática. 



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANTONACCI, Antonieta. *Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrado*. In: ANTONACCI, Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BRASIL, Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SECAD, 2005.

GLISSANT, Édouard. *Por uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora EFJF, 2005.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO (Coord.). *História Geral da África I*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982, p. 181-218.

KI-ZERBO, J., BOUBOU, Hama. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO (Coord.). *História Geral da África I*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982, p. 61-71.

MONGÁ, Celestine. *Negritude e Nilismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. *Revista História Hoje*, v. 1, n.1, p. 29-44, 2012.

<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/escritor-nigeriano-chinua-achebe-morre-aos-82-anos-1588772>. Acesso em: 14 nov. 2014.

Africa Writes (2014) é um festival anual que acontece no Reino Unido, onde ocorrem lançamentos de livros, leituras, aparições de autores do continente africano, painéis de discussão, oficinas para jovens e crianças, entre outras atividades



Carina Santiago dos Santos é mestranda em ensino de História pelo mestrado profissional – PROFHISTÓRIA na UDESC, bolsista Capes e professora efetiva de História na Prefeitura Municipal de Florianópolis.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ANTIRRACISMO

ANA MARIA KLEIN e TIAGO VINÍCIUS ANDRÉ DOS SANTOS

Os Direitos Humanos partem do reconhecimento de que todos os seres humanos, apesar das diferenças biológicas e culturais que os distinguem, merecem igual respeito, pois são os únicos no mundo capazes de amar, descobrir e criar a beleza. Por conta desta igualdade ninguém pode afirmar-se superior aos demais (COMPARATO, 2003, p. 1). Trata-se da ideia de universalidade dos Direitos Humanos que em nossa sociedade é desafiada, constantemente, pelas discriminações em razão de classe, gênero, raça e etnia, entre outras.

Ao lado da ideia de universalidade dos Direitos Humanos, há também o seu aspecto histórico, ou seja, trata-se de direitos que se constituíram ao longo da história como princípios morais que afirmam a dignidade humana e, paulatinamente, foram incorporados ao direito positivo. A origem dos Direitos Humanos faz com que eles sejam simultaneamente: (1) morais, pois atribuem aos indivíduos caracte-

rísticas que independem do direito jurídico e legal, e (2) jurídicos, uma vez que estão garantidos por uma ordem jurídica nacional ou internacional. Vários documentos jurídicos internacionais, inclusive a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), afirmam esta igualdade entre os seres humanos, no entanto, eles não são simples instrumentos jurídicos, são a tentativa de atribuir força jurídica ao reconhecimento de que o ser humano é livre, racional e portador de direitos que fazem referência à sua qualidade moral.

A desejada igualdade não se dá naturalmente. Rabenhorst (2007, p. 209) sustenta que se esta igualdade fosse de fato reconhecida não seriam necessárias leis que a assegurassem. O reconhecimento da igualdade tem uma dimensão ética e moral, por isso, assegurar direitos no plano jurídico não significa que as pessoas saibam ou queiram orientar espontaneamente suas vidas pelos princípios que guiam os Direitos Humanos. Moral e direito se assemelham, pois ambos são saberes práticos que determinam normas. No entanto, as normas jurídicas são promulgadas por órgãos do Estado, ao passo que as normas morais provêm do próprio sujeito autônomo que

Protesto antirracismo no centro estudantil da York University


decide quais valores o guiarão em sua vida. Transgredir normas jurídicas leva a sanções penais ou a sua responsabilização na esfera cível, há uma coação externa que obriga o seu cumprimento, já as normas morais quando transgredidas geram remorso, culpa ou vergonha e são respeitadas porque o sujeito se auto-obriga a tanto. Cortina (2003) entende que não bastam leis para que uma sociedade seja justa, pois é a convicção de que um direito é justo e merece ser respeitado que pode garantir que este seja materializado. Dito de outra forma, uma convicção moral vale mais do que mil leis (CORTINA, 2003, p. 37). A referida autora entende que é necessário aproximar a legislação do cidadão em dois sentidos: deve ser desejável (o indivíduo deve ter convicção de que os direitos merecem ser respeitados) e deve ser conhecida. Assim, a educação em direitos humanos é necessária às sociedades marcadas pelas diversidades, pois se alicerça no conhecimento, nos valores éticos e nas práticas promotoras de igualdade e equidade.

Esta aproximação entre o desejável e o conhecido é cercada de desafios no Brasil quando estamos diante do fenômeno da discriminação racial. Nosso país recebeu, em dezembro de 2013, o Grupo de Relatores Especiais em População Afrodescendente da ONU e desta visita foi elaborado um Relatório contendo uma ampla análise sobre o racismo e a discriminação em nosso país nos mais diversos setores de nossa sociedade (educação, emprego, sistema de justiça e segurança pública, cultura, participação política, entre outros). Este Relatório concluiu que no Brasil, a despeito de alguns avanços na promoção da igualdade entre brancos e negros, a discriminação e o racismo ainda permeiam todas as áreas da vida da população, por isso é estrutural em nossa sociedade (2014, p. 20).

Em se tratando de um contexto onde o racismo é natural e não o antirracismo, uma educação antirracista sob a égide dos direitos humanos passa a ser uma alternativa valiosa de mudanças. Isto por que o racismo, enquanto ideologia, não atua somente no campo das es-

truturas do sistema educacional, do sistema de justiça, do sistema de segurança pública, etc. Ele cria modos de ser e pensar, é sistêmico, por isso “determina” as ações dos indivíduos na medida em que define e impregna a cultura.

A educação em direitos humanos, segundo a professora Maria Victoria Benevides (2007, p. 346), uma das pioneiras no estudo sobre o tema, diz respeito à formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz os quais devem se transformar em práticas.

Temos apenas um século sem escravidão, tempo curto ainda para desfazer e desatar o nó construído ao longo de séculos, contudo, por meio de uma educação comprometida com a mudança do *status quo*, como defendemos neste artigo, lentamente pode-se esperar a instauração de uma cultura do respeito às diferenças e do cuidado pelos direitos de cada cidadão. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M. V. de M. Direitos Humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CORTINA, A. *O fazer ético: guia para a educação moral*. São Paulo: Moderna, 2003.

COMPARATO, F.K. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2003.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its fourteenth session – Addendum: Mission to Brazil*. 23 September 2014 (HRC/27/68/Add.1)

RABENHORST, E.R. O valor do Homem e o valor da natureza. In SILVEIRA, M.G. et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.



Ana Maria Klein é mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Unesp/São José do Rio Preto. Membro da Comissão Relatora das Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos junto ao Conselho Nacional de Educação. Consultora da UNESCO/MEC em Educação em Direitos Humanos.



Tiago Vinícius André dos Santos é mestre e doutorando em Direito, área de concentração em Direitos Humanos, pela Faculdade de Direito da USP. Professor e coordenador do Núcleo de Prática e Pesquisa Jurídica do Centro Universitário do Norte Paulista/UNORP. Ex-aluno do Graduate Study Programme – Organização das Nações Unidas (ONU), e do Curso de Capacitação sobre DESC (Derechos Económicos, Sociales e Culturales) en América Latina – Dignity International.



Laboratório de Percussão do Instituto de Artes

MAIOR
BIBLIOTECA
DA AMÉRICA
DO SUL E MAIS
COMPLETO
INSTRUMENTAL
PERCUSSIVO
DO BRASIL

Com sede no Instituto de Artes (IA) da Unesp, Câmpus de São Paulo, entre outras atividades, o Laboratório de Percussão do IA organiza a série Encontros com a Percussão Brasileira, além de inúmeros eventos, como concertos, recitais, oficinas e masterclasses com convidados do Brasil e do exterior, possui a maior biblioteca percussiva da América do Sul, e é o curso com o mais completo instrumental de percussão do país.

Os professores, alunos e ex-alunos do Laboratório de Percussão têm realizado inúmeras publicações de artigos, métodos, livros, CDs e DVDs, além de terem conquistado diversos prêmios, participado em projetos internacionais, além da comissão e composição de gran-

de número de obras, com suas respectivas estreias e gravações.

O laboratório tem sua história ligada ao curso de bacharelado em Percussão do IA, criado pelo Prof. Dr. John Boudler, recém-aposentado. Conta hoje com os professores Dr. Carlos Stasi (atual coordenador), contratado em 1987, e Dr. Eduardo Giancesella, contratado em 1993.

O curso atualmente disponibiliza 4 vagas anuais e graduou desde a primeira turma de formandos, em 1984, 95 bacharéis. Desses, 37 atuam nos principais grupos sinfônicos do país, como OSESP, Orq. Sinf. Brasileira, Orq. Sinf. do Teatro Municipal de SP, OFMG, etc. Além disso, muitos também atuam em musicais, grupos de câmera e na área da música

Informações
edu.giancesella@terra.
com.br



Laboratório tem sua história ligada ao curso de bacharelado em Percussão do IA, criado pelo Prof. Dr. John Boudler (esq.)



© Arquivo PIAPACI - Unesp



© Foto do arquivo PIAP/ACI - Unesp



Parte do acervo do Laboratório (acima) e o Grupo PIAP e o compositor John Cage, em 1985

popular no Brasil e no exterior.

No âmbito acadêmico, 19 são professores das principais universidades brasileiras e do exterior, e dos Institutos Federais Técnicos: Unesp (3), USP (3), UFMG (1), UFG (1), IFT Goiás (3), UFAL (1), UEPA (2), UFOP (1), EM-BAPA (1 – aposentado), Faculdade Cantareira (1), FAAM (1), Faculdade Carlos Gomes (1), University of Stony Brook (EUA) (1). Muitos também ensinam em importantes escolas técnicas e conservatórios do país e do exterior.

Atualmente, 45 ex-alunos já concluíram

ou estão cursando o mestrado na área (23 no exterior). Desses últimos, 15 concluíram ou estão cursando o doutorado (9 no exterior). Além disso, outros 8 ex-alunos também fizeram cursos de especialização no exterior.

Entre as inúmeras conquistas do Grupo de Percussão do Instituto de Artes do Planalto (PIAP), ligado ao Laboratório, destacam-se o 1.º lugar no II Prêmio Eldorado de Música em 1986, turnê pelos EUA, em 1987; Prêmio Lei Sarney, como Revelação na categoria Grupo Instrumental em 1988; Prêmios Mambembe e APCA de Melhor Trilha Sonora em 1995; Projeto LinC da Sec. de Cult. do Est. de SP em 1997; indicação na categoria Melhor Grupo de Música de Câmara pelo IV Prêmio Carlos Gomes em 1999; apresentação no Festival Percusiones del Mundo na Cidade do México em 2000; eleito pela APCA o Melhor Conjunto de Câmara em 2003; turnê pelos EUA em 2010 e turnê pela China em 2011.

O Grupo PIAP se apresentou por todo o Brasil, onde participa regularmente dos mais importantes festivais de música contemporânea, e suas gravações podem ser encontradas em 2 LPs e 10 CDs. É reconhecido internacionalmente como o principal grupo de percussão universitário da América Latina e, em 1985, recebeu o renomado compositor norte-americano John Cage. [uc](#)



Engenharia Cartográfica da Unesp completa 38 anos

CONHEÇA UM POUCO DA HISTÓRIA DO CURSO OFERECIDO EM PRESIDENTE PRUDENTE

Em julho de 2015, o curso de Engenharia Cartográfica da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp comemorou seus 38 anos de implantação na cidade de Presidente Prudente e a Pós-Graduação em Ciências Cartográficas, 18 anos. A 1.ª Turma de Formandos de Engenheiros Cartógrafos é de 1982 e foi constituída por 33 alunos. Agora o próximo objetivo será a comemoração dos 40 anos, prevista para 2017. Para isso já começam os preparativos com vistas a essa importante celebração.

É importante frisar que, nesse espaço de tempo de 38 anos, passaram pela Instituição aproximadamente 700 formandos, dentre os quais profissionais renomados, ocupando importantes funções nas instituições e empresas

especializadas, no Brasil e no exterior. De acordo com dados coletados pelo Prof. Dr. Mauro Issamu Ishikawa – coordenador do curso de graduação de Engenharia Cartográfica da FCT – o número de alunos formados é de 676 e outros 235 estão matriculados atualmente. O curso conta com 45 docentes, dos diversos Departamentos de Ensino da FCT, sendo que 17 deles são integrantes do Departamento de Cartografia.

Alunos formados atuam em grandes empresas públicas ou privadas, como: IBGE, PETROBRAS, IBAMA, INCRA, POLÍCIA FEDERAL, MARINHA, AERONÁUTICA e outras instituições. No ano passado, o curso recebeu como atribuição 4 Estrelas, conforme avaliação do *Guia do Estudante* da Editora Abril. Neste



Nesta foto (da esq. para a dir.), a Prof.^a Arlete Meneguette; o diretor, Prof. Dr. Marcelo Messias; o Prof. Dr. Paulo de Oliveira Camargo; o pres. da EJECart e aluno do 4.º ano de Eng. Cartográfica Maurício Campiteli; e a vice-pres. da EJECart e aluna do 4.º ano de Eng. Cartográfica Verônica Farias de Ornellas

ano de 2015, a premiação mais importante foi dada por “MundoGEO#ConnectLatinAmérica/2015”, com 4 troféus, um dos quais atribuído à Engenharia Cartográfica e ou/Agrimensura. O curso é o único de ensino público existente no Estado de São Paulo.

TROFÉU “MUNDOGEO#CONNECTLATINAMÉRICA/2015”

Foi no Centro de Convenções “Frei Caneca” em São Paulo que se realizou o maior evento de Geomática e Soluções Espaciais da América Latina – através do Prêmio Mundo GEO#ConnectAmericaLatina/2015 – mediante indicação e escolha da comunidade dos profissionais, instituições, empresas e marcas de destaque no setor. Para satisfação da comunidade unespiana, a FCT liderou a premiação em votação aberta pela Internet, e foi eleita como a melhor instituição de ensino e pesquisa. Da mesma forma, o troféu principal para premiação do(a) Profissional do Ano – Setor Público de Geotecnologias da Unesp foi conferido à Professora Doutora Arlete Aparecida Correia Meneguette, da FCT/Unesp.

O curso de Engenharia Cartográfica foi escolhido como o “Melhor do País” e, ao mesmo tempo, a EJECart conquistou a premiação de melhor empresa júnior no setor de Geotecnologias. Como se recorda, também no ano de 2012, a premiação foi atribuída ao Prof. Dr.

João Francisco Galera Monico pelo MundoGEO#ConnectLatinAmérica/2012 como “Personalidade do ano no setor de Geotecnologias”.

O diretor da FCT, Marcelo Messias, declarou que a premiação vem coroar todo o trabalho que está sendo desenvolvido pelos docentes e também pelos alunos da Faculdade, bem como a Empresa Júnior (EJECart). “Esta é a primeira vez que ocorre essa premiação, que com certeza absoluta valeu o sacrifício. Como também valeu a formação que os professores procuram passar aos alunos através do ensino, desenvolvimento de novos conhecimentos e pesquisa de extensão universitária. Essas premiações mostram isso”, enfatizou.

A TRAJETÓRIA DE UM CURSO

Oficialmente, o curso de Engenharia Cartográfica da FCT teve suas primeiras aulas no mês de agosto de 1977 no Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais/IPEA (sucessor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente). A Associação Cartográfica Internacional (ACI), reconhecida por todos os países, define Cartografia como sendo o “conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas que, tendo por base os estudos das observações obtidas por métodos e processos diretos, indiretos ou subsidiários de levantamento ou da exploração de uma documentação existente, destinam-

se à elaboração e preparação de mapas e outras formas de expressão, assim como a sua utilização”.

A iniciativa referente à formação de engenheiros especialistas em trabalhos cartográficos – revestida evidentemente de roupagens inerentes a cada época – remonta em nosso país a 1875, quando foram realizadas as primeiras tentativas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A formação de engenheiros cartógrafos no Brasil obedece à orientação da ACI sobretudo no que tange aos cursos de graduação, observando três aspectos fundamentais: Coleta de dados; Processamento e Interpretação de dados; e Visualização e reprodução das informações. Os cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Cartográficas na FCT contam com um corpo docente de mais alta qualificação.

UM GIRO PELA HISTÓRIA

Para conhecer a trajetória desenvolvida pelo curso de Engenharia Cartográfica na FCT no decorrer dos anos é preciso retroceder às décadas de 1960 e 70, onde vamos descobrir seus precursores: Prof. Dr. Marcos Alegre e Prof. Dr. Alvanir de Figueiredo. Este último, recém-falecido. Marcos Alegre (atualmente Professor Emérito) veio para Presidente Prudente no dia 5 de agosto de 1963. Ele foi detentor do título de 1.º Doutorado na área de Geocartografia no Brasil, que o recomendava para assumir as aulas de Cartografia e Topografia no antigo IPEA, hoje Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Sua contratação foi feita em São Paulo pelo Prof. Dr. José Fernando Martins Bonilha, que sucedeu o primeiro diretor da ex-FAFI, Joaquim Alfredo da Fonseca. Na época, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era a única escola de nível superior na região.


Procedente do Rio de Janeiro, aqui se fixou a partir de 1964 o Prof. Dr. José Ferrari Leite, assim como os Profs.: Alvanir de Figueiredo, Myrtes da Fonseca Pinto, Max H. Boudin, Augusto Litholdo, Celso Volpe, Augusto Titarrelli, Fernando Salgado e outros. A função de

diretor era desempenhadas pelo Prof. Hygino Aliandro, que foi substituído pelo Interventor designado pelo Governo do Estado, Dr. Sylvio Fernando Paes de Barros (juiz de Direito). Na época, a Faculdade mantinha os cursos de Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais e Matemática. Houve mudança na nomenclatura de FAFI para IPEA (Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais) e o Prof. Alvanir de Figueiredo era responsável por cinco disciplinas. Alguns cursos foram suprimidos, dando lugar a novas opções.

Em 1966 assume a direção do IPEA o Prof. Dr. José Ferrari Leite tendo como vice-diretor o Prof. Dr. Marcos Alegre. Criada a Unesp, abriram-se novos horizontes e novas unidades. Com isso, também surgiram novas ideias: uma delas foi a criação do curso de Engenharia Cartográfica, que nasceu em São Paulo por iniciativa do Prof. Dr. Marcos Alegre. O Prof. Dr. Alvanir de Figueiredo – então dire-

O CURSO FOI ESCOLHIDO O MELHOR DO PAÍS E A EJECART FOI CONSIDERADA A MELHOR EMPRESA JÚNIOR NO SETOR DE GEOTECNOLOGIAS

tor da instituição – foi consultado e aprovou a ideia. “O curso é uma habilitação da Geografia, muito melhorado. Bom para a Unesp por ser o único curso de São Paulo e o 5.º no Brasil”, informa o livro *Faculdade de Ciências e Tecnologia – Ontem e Hoje* (página 138), de autoria do Prof. Dr. Marcos Alegre.

O pessoal da SBC costuma dizer que só São Paulo teria condições de oferecer um curso de Cartografia com base na Geografia, que já tinha grande prestígio e apoio da Matemática. O Prof. Dr. Alvanir discutiu muito a viabilidade do curso com o reitor e a resposta foi: “Sendo assim vocês podem montar”. O relato histórico do Prof. Dr. Marcos Alegre é complementado por esta informação: “Em poucos dias montamos o curso de Engenharia Cartográfica e fizemos o Vestibular. O curso começou em julho de 1977”, finaliza. 



EDUCAÇÃO
SUPERIOR NOS
ESTADOS
UNIDOS

REGINALDO C. MORAES



Educação superior nos Estados Unidos

LIVRO APRESENTA A EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO SISTEMA EDUCACIONAL NOS EUA

Educação superior nos Estados Unidos,
Reginaldo Carmello
Corrêa de Moraes,
Editora Unesp,
236 p., R\$ 53

Seria a escola o veículo de transformação e mobilidade social por excelência ou o sistema de ensino peculiar dos Estados Unidos cumpriria antes a missão de legitimar a “terra de oportunidades”? Estaria a defesa apaixonada da escola como meio incontestado de ascensão social a serviço dos conservadores mais empedernidos, que enxergam tramas comunistas e ateístas em qualquer programa de ajuda aos pobres?


Sem ser conclusivo a respeito de questões como estas e de várias outras contradições que aponta ao longo deste estudo, Reginaldo C. Moraes reconstrói, em *Educação superior nos Estados Unidos*, a história da escola nos

Estados Unidos desde as primeiras décadas do século 19, apontando os desafios ímpares que o país de inclinação imperial enfrenta em decorrência dessa condição. A obra procura desvendar a estrutura do sistema, em que se embrenha um complexo conjunto de dispositivos concebidos através do tempo para formar as elites, incorporar os imigrantes e americanizá-los, fornecer força de trabalho qualificada, inventar e inovar, gerar uma indispensável cultura hegemônica.

O autor apresenta a evolução quantitativa e qualitativa do sistema educacional nos Estados Unidos, especialmente do superior, situando a educação nos diferentes períodos

históricos: da Segunda Guerra da Independência (1812) até a Guerra Civil; da Guerra Civil (1861-1865) até 1920; de 1920 a 1945, quando se dá o primeiro ensaio de massificação e modelagem do sistema de educação superior; de 1945 a 1970 – época dos chamados “gloriosos 25 anos” do pós-guerra; de 1980 em diante, período marcado pelas reformas de Ronald Reagan, que conjugaram neoliberalismo e warfare (a economia estimulada pela guerra).

A obra demonstra que as fases de desenvolvimento da educação no país vinculam-se a movimentos marcantes por parte do Estado, como o Morrill Act, que criou uma rede de escolas superiores mediante a doação de terras federais entre meados do século 19 e o começo do século 20. Ou a reinserção dos veteranos (GI Bill), que massificou o sistema de ensino superior depois da Segunda Guerra e modificou fortemente sua estrutura, colocando o setor público e, principalmente, o governo federal e os governos estaduais como protagonistas da expansão. As diferentes etapas, o autor demonstra, relacionam-se a transformações de longo prazo na sociedade americana – demográficas, econômicas, na estratificação social e decorrentes da chamada “epoch-making innovations”, com processos e produtos revolucionários, identificadores de uma era (como a ferrovia, o automóvel, o avião, a informática e a telemática, a biotecnologia).

Hoje, afirma o autor, uma rica literatura crítica sobre a escola foca a desigualdade estrutural e singular daquela sociedade e adverte para o risco de se subestimarem os efeitos educacionais de um fator não educacional – o impotente welfare state norte-americano. Ao mesmo tempo lança suspeitas sobre as lamúrias e denúncias acerca da “falência da escola” como canal de mobilidade social. “O problema, talvez se possa dizer, não está no mau funcionamento do canal. Está na suposição da mobilidade como elemento definidor dessa ordem social”, escreve Moraes, que ressalva: “Podemos dizer que a pesquisa acaba na beira dessa aporia e cobra essa discussão”. 

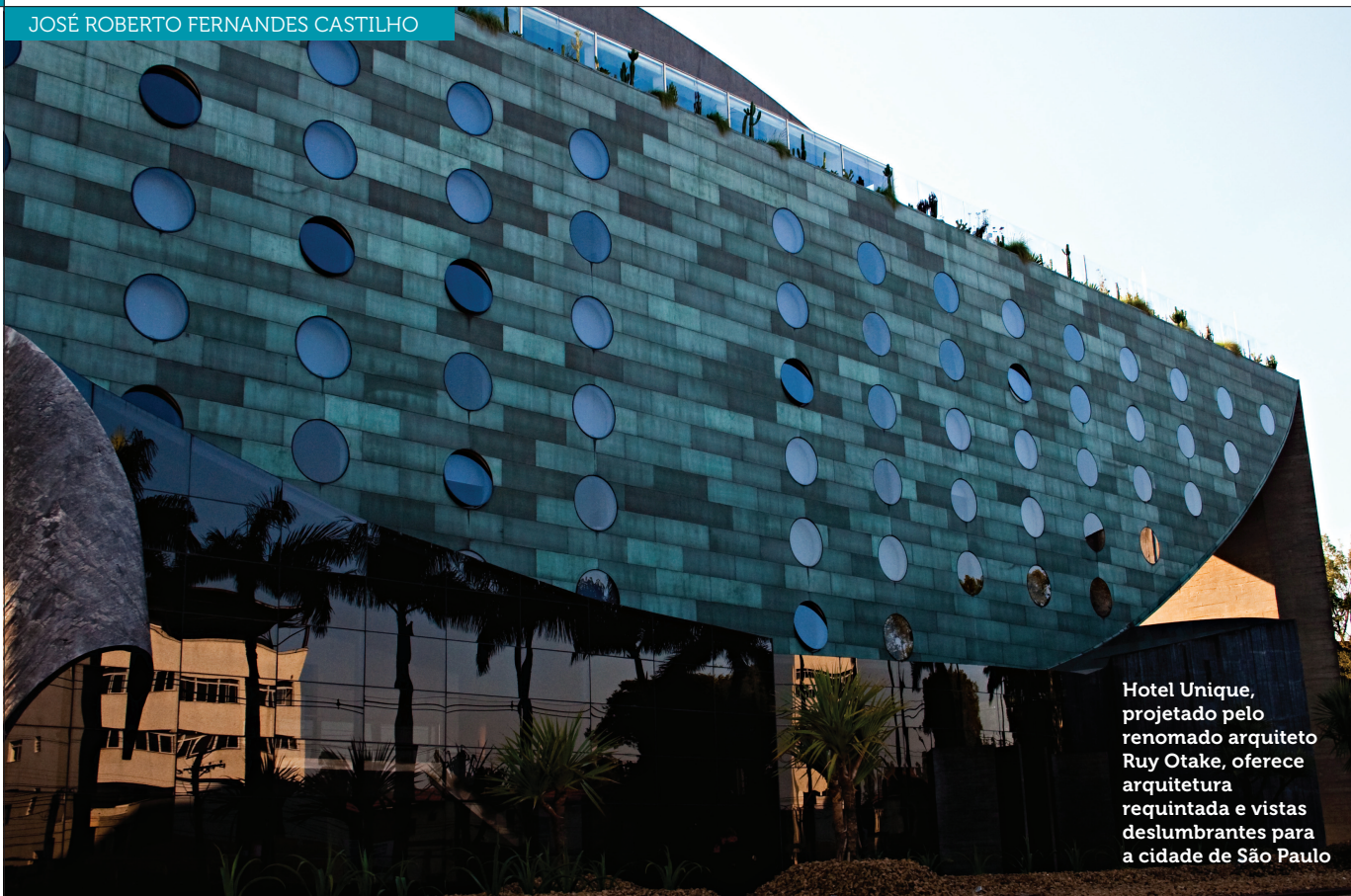


Sobre o autor
Reginaldo C. Moraes é doutor em Filosofia pela USP e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp. Publicou, pela Editora Unesp, *O peso do Estado na pátria do mercado* (2013), *As cidades cercam os campos* (2008, em coautoria com Maitá de Paula e Silva e Carlos Henrique Goulart Árabe) e *Estado, desenvolvimento e globalização* (2006).

TRECHO

“Se aceitarmos os termos sugeridos pela análise de Reich que reproduzimos no último capítulo temos naquele país algo como 15% ou 20% das crianças e jovens educados em um bom ensino médio – em geral, duas dúzias de escolas privadas e as escolas públicas de subúrbios afluentes. Além disso, esses jovens, a fina flor da sociedade norte-americana, frequentariam ambientes intelectualmente ricos e instigantes, com acesso a recursos que lhes permitem seguir sendo essa ‘nata’. De outro lado, estão os 80% ou 85% que saem das high-schools menos ‘ricas’ e, em sua maioria, ingressam em cursos de dois anos em community colleges. De fato, reciclam seu ensino médio deficiente e, assim, aparelham-se para a vida moderna. Uma parte, talvez um terço, desses estudantes dos two-year colleges consegue entrar nos programas de transferência, isto é, conseguem ingressar em programas de bacharelado ou escolas profissionais (Direito, Medicina, Engenharia, Economia). É pouco e é bastante, se pensarmos no volume absoluto. Mais interessante ainda é prestar atenção na forma de organização dessa fantástica rede de oportunidades e de captura de talentos. Ela é extremamente descentralizada, capilarizada: é quase certo que um desses jovens encontrará, a uns cinquenta ou sessenta quilômetros de sua casa, pelo menos, um ponto de acesso a tal ensino pós-secundário, o que, ao menos, repetimos, permite-lhe ‘tentar’. Muitos serão chamados, não necessariamente escolhidos. Talvez isso mostre alguma vitalidade no sistema, apesar de suas falhas e aparências enganosas. Talvez, também, indique um canal de legitimação da ‘terra das oportunidades’ que a ‘América’ ainda figura ser. Uma situação para lá de contraditória. Dramaticamente contraditória.”

JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO



Hotel Unique, projetado pelo renomado arquiteto Ruy Otake, oferece arquitetura requintada e vistas deslumbrantes para a cidade de São Paulo

© André Dekk para o Arte Fora do Museu

Via pública x criações privadas

PARLAMENTO EUROPEU DISCUTE DIREITO DE FILMAR E FOTOGRAFAR AS VIAS PÚBLICAS URBANAS

○ Parlamento Europeu travou em julho uma importante discussão. É direito de todos filmar e fotografar as vias públicas urbanas, e tudo o que nelas se encontra, publicando depois a representação? Em outras palavras, a liberdade de representação da paisagem urbana é ampla e irrestrita? Não parece que seja assim porque no meio urbano há direitos de particulares que precisam ser preservados, notadamente os direitos da personalidade. Em primeiro lugar, deve-se considerar que o registro de pessoas que transitam pela rua esbarra no direito à imagem, garantido pela Constituição no art. 5.º/X. A pessoa física pode ter motivos consistentes para querer não aparecer na capa do jornal ou na matéria da TV.

Outro direito violado na representação irrestrita dos espaços públicos é o direito intelectual dos arquitetos. O projeto arquitetônico é protegido expressamente pela lei autoral. Ora, se eu filmo ou fotografo uma rua com


todos os seus prédios eu violo o direito desses profissionais na medida em que sua criação será representada e poderá ser explorada. Os edifícios são visíveis da rua mas isto não significa que eu possa captar sua imagem para, por exemplo, ganhar dinheiro em cima dela com a reprodução em livros, revistas, jornais. A forma original do Hotel Unique, em São Paulo, deriva do projeto de Ruy Ohtake. Assim, se eu quiser representar ou registrar ou gravar, por qualquer modo, a Brigadeiro Luis Antonio naquele trecho, preciso de autorização expressa do arquiteto.

Na Europa, tais restrições têm sido ampliadas com várias derivações (os registros digitais) e é pacífico o entendimento protecionista. No Brasil, nossa lei autoral, de 1998, permite a livre representação da via em norma cuja constitucionalidade é bastante discutível. Acontece que a CF, norma superior, garante o direito dos criadores intelectuais, incluindo

os arquitetos, os designers, os pintores. Assim, será lícito o registro de um grafite de rua para ilustrar um livro que será vendido? Não é porque a obra se situa no espaço público que ela caiu em domínio público.

É importante registrar que a restrição da liberdade de representação não abrange dois tipos de obras: as obras caídas em domínio público e as construções sem arquitetura. Quanto às primeiras, é claro que, passado o prazo de proteção de 70 anos, a partir da morte do criador, qualquer reprodução é lícita, desde que respeitados os direitos morais. Passado o período de proteção, qualquer pessoa pode reproduzir a obra, como aconteceu, em 2005, com a produção poética de Fernando Pessoa. De outro lado, existem construções com arquitetura e sem arquitetura. A arquitetura significa uma intenção plástica. Se a construção não apresenta nenhuma singularidade que a destaque frente às demais, parece que não haverá obra protegida porque não houve invenção, criatividade, originalidade.

Em data recente, matéria de um jornal espanhol alertou os viajantes que a Torre Eiffel só podia ser fotografada de dia e não de noite. Isto porque, de dia, era um monumento de domínio público. Mas à noite havia outro direito autoral a ser protegido: o direito do criador do projeto de iluminação da torre, que, sem dúvida, é uma criação intelectual autônoma. Isto não tem nada de errado porque estamos em face de duas criações distintas: a de Gustave Eiffel e a do autor do projeto de luz.

Como a arquitetura é uma espécie de “arte de rua”, parece evidente que os arquitetos precisam aprender a defender os seus direitos, uma vez que a Constituição Federal garante aos criadores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras. Isto significa uma restrição evidente à “liberdade de panorama”: o direito não autoriza que outros reproduzam obra protegida sem autorização expressa – e eventual remuneração – daquele que a concebeu. O nome correto disto é pirataria, tipo de violação de direito intelectual que gera sanções civis e penais. 



Mão, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, localizada no Memorial da América Latina (SP)

© Gabrielle/Wikimedia



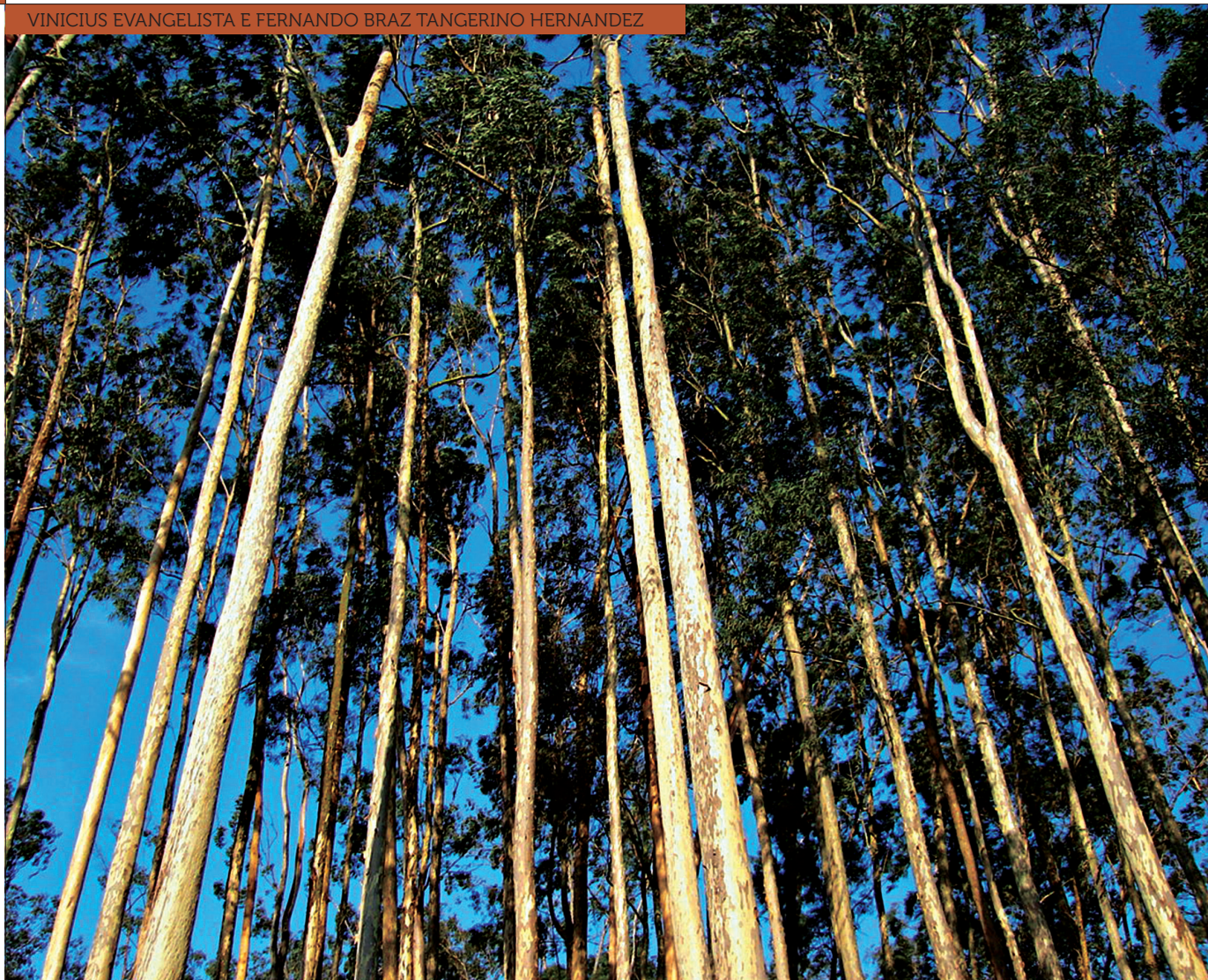
José Roberto Fernandes Castilho é professor assistente doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 27 de julho de 2015.

Torre Eiffel, projetada pelo engenheiro Gustave Eiffel, foi construída como o arco de entrada da Exposição Universal de 1889, Paris, França



© Wikimedia



Perspectivas para a silvicultura irrigada

NECESSIDADE
É DE MENORES
DEMANDAS
DE ÁREA COM
ELEVADOS
NÍVEIS DE
PRODUTIVIDADE

A rápida expansão da silvicultura brasileira traz a necessidade de se ter menores demandas de área, bem como garantir elevados níveis de produtividade. São notórias as dificuldades em se conseguir terras em grandes quantidades para silvicultura, bem como os elevados preços praticados pela rápida inflação de terras pressionada pela produção de alimentos e pela pecuária.

Dessa forma, o Brasil deixou de ser o país mais competitivo em termos de custo de produção de madeira perdendo para países co-

mo Rússia, Indonésia e Estados Unidos, em função da inflação intrínseca emergente ao setor florestal – preços das terras, insumos e mão de obra – nos últimos anos, bem como por migrar para áreas marginais em termos de adaptação dos eucaliptos a estas áreas de plantio.

Por outro lado, a silvicultura nacional experimentou um excepcional ganho de produtividade, saindo dos 15 m³/ha/ano na década de 1960, para 42 m³/ha/ano na década de 2010. Mas existe espaço para mais, o elevado déficit

hídrico nas novas fronteiras da silvicultura, agravado pela irregularidade das chuvas dos últimos anos, tem prejudicado bastante a produtividade do setor florestal, comprometendo o esforço tecnológico transferido ao campo e à indústria, e o uso de sistemas de irrigação é um fator fundamental para anular a instabilidade das chuvas e o déficit hídrico decorrente.

Isso mesmo, eucalipto irrigado pode ser uma estratégia para que as empresas se tornem competitivas em termos de baixa demanda de áreas e custos de silvicultura perante a competição do mercado internacional, especialmente na porção leste do Estado do Mato Grosso do Sul, que sente os efeitos de 7 a 8 meses de déficit hídrico anual. O único projeto de eucalipto irrigado em escala comercial no Brasil foi o da empresa MMX em Aquidauana (MS), que registrou 42% de aumento de produtividade em função do suplemento hídrico e nutricional diferenciado. Este feito pode ser encarado como uma forte estratégia de redução de área de plantio, bem como em madeira mais perto da fábrica para que as empresas reduzam a sua distância de transporte.

O Estado do Mato Grosso do Sul presenciou um rápido crescimento da área plantada de eucalipto, saindo de 143 mil hectares em 2004 para expressivos 730.000 hectares em 2012, colocando-o na condição de quinto maior produtor brasileiro de madeira, quando registrou o crescimento de 19% na área plantada com eucalipto, enquanto o país cresceu em média 3,1% a sua área plantada com a cultura.


O crescimento em área plantada deve ser visto com bons olhos no tocante à ocupação e recuperação de pastagens degradadas e geração de empregos e renda. Por outro lado, olhando do ponto de vista do negócio florestal no Mato Grosso do Sul, tem-se um aumento no desembolso com silvicultura das empresas florestais e ainda um aumento das distâncias de transporte, o que pode tornar-se um gargalo em termos de competitividade do setor florestal neste Estado, havendo então que se encontrar alternativas técnicas para esta situação, ou seja, aumentar a produtividade por hecta-

re e garantir que a irregularidade climática não traga grandes perdas na produtividade de madeira, o que pode ser conseguido pelo uso da irrigação.

A bacia do Rio Sucuriú no Estado do Mato Grosso do Sul é considerada como de alto potencial para irrigação devido a suas características de relevo e de qualidade de água, mas esse potencial não está sendo adequadamente explorado por nenhuma das empresas dessa região, sejam elas de agricultura, pecuária ou silvicultura. Destaca-se, ainda, a grande disponibilidade de água na bacia hidrográfica garantida pela Usina Hidrelétrica de Jupia, que com seu reservatório a “fio d’água” – pouca flutuação no nível da água – garante uma condição ideal para a operação dos sistemas de captação de água.

EUCALIPTO IRRIGADO PODE SER UMA ESTRATÉGIA PARA QUE AS EMPRESAS SE TORNEM COMPETITIVAS

Hoje, a maior competitividade imposta pelas empresas de irrigação instaladas no Brasil garante melhor condição à análise de viabilidade econômica dos investimentos em sistemas, que trariam as condições de suprimento hídrico para o aumento de produtividade de madeira com redução no tempo do ciclo de corte. Logicamente não se espera a irrigação na totalidade das terras com florestas, mas esta é uma opção que deve ser considerada em uma análise conjunta entre o potencial edafo-climático, escolha de clones responsivos e logística de transporte até o destino final, até mesmo como contraponto à competitividade oferecida por outros usos da terra, como pastagens, grãos e seringueiras.

A questão de irrigar ou não eucalipto é antiga na área florestal, mas em função das mudanças climáticas, com aumento da temperatura média do ar e da evapotranspiração, elevando o déficit hídrico; há que pensar nesta alternativa de manejo para manter a sustentabilidade do negócio florestal no Brasil. 



Vinicius Evangelista Silva é engenheiro florestal na Eldorado Brasil Celulose, mestre em Produção UFVJM e doutorando em Sistemas de Produção na Unesp Ilha Solteira.



Fernando Braz Tangerino Hernandez, engenheiro agrônomo e professor titular da área de Hidráulica e Irrigação da Unesp Ilha Solteira, é responsável pelo espaço www.agr.feis.unesp.br/irrigacao.php e divulga dicas sobre agricultura irrigada e agroclimatologia semanalmente no Pod Irrigar

Internet: qual é o seu ponto na rede?

DESENVOLVIMENTO
DA CONSCIÊNCIA
CRÍTICA E OS
MECANISMOS
SOCIAIS DE
PROTEÇÃO
CONTINUAM
FUNDAMENTAIS

Em meados dos anos 1990 recorri a uma empresa de BBS (Bulletin Board System) – sistema de conexão via telefone que antecedeu a Internet – que possuía um software útil ao meu computador, um IBM PC/AT 286 com HD de 20 Mb. Na ocasião, a BBS liberou o download; e lá se foram minutos para “baixar” alguns megabytes. Lembro-me de que, na finalização do download, alguém do “outro lado” escreveu: – O que achou de nossos serviços? Uma pessoa que eu nunca havia conhecido esperava por um texto “on-line” de feedback.

Escrever algo sobre um determinado “serviço” era a principal maneira de codificar a percepção sobre as atividades realizadas por meio de modo de conexão que agonizava diante da popularização da Internet.

Hoje, a Internet captura um universo de

códigos humanos. Ela redefine o modo de expressão, a maneira de ver, ouvir, relacionar-se, criar, trabalhar, destruir, construir e ritualizar (...). A realidade e a liberdade podem ser caracterizadas em épocas: antes da Internet e após a Internet.

Vivemos num momento em que a possibilidade de caos é proporcional à dependência do sistema. Na Internet o mundo consciente e inconsciente é revelado, seja o individual ou o coletivo. Nessa mesma rede é abarcada uma modificação dos hábitos cotidianos, uma fomentação do sincretismo cultural, um enaltecimento ou desmoraonamento de governos.

Uma busca na internet revela os evidentes lados positivos e negativos. Lá estão as mensagens dos grupos de direita, de esquerda, do pontífice, dos rabinos, dos muçulmanos, dos budistas e de todas as formas de devo-




© Rock1997/Wikipedia

ção. É possível observar tanto o cotidiano de um espaço público como a necrópole; vida e morte no mundo virtual. Se algo é armazenado no cérebro de alguém, isso pode ser enviado para a rede. Como o inconsciente, a Internet armazena os dados que formam conexões infinitas que revelam a bondade ou a limitação humana. Nesse caleidoscópio composto de ações e reações, o criador ainda não conseguiu subjugar a criatura.

Dessa maneira, é imprescindível repensar as relações no mundo virtual. É um papel das famílias, das escolas, das universidades, das empresas e de outros grupos organizados. O bullying, o mobbing, o shaming, termos recorrentes que pululam na web, passam a compor o prefixo/termo cyber. Esses comportamentos representam os primitivos comportamentos sadistas que migraram para a Internet. Eles

já estavam presentes nos diversos grupos sociais e não fomos capazes de solucioná-los antes. Como destacou John N. Gray, escritor e filósofo britânico, a moral do ser humano é reproduzida nas tecnologias.

A propósito, nesse emaranhado tecnológico, é possível afirmar que uma criança que recebe e absorve uma educação articulada entre a família e a escola tem maiores oportunidades para superar os entraves que a Internet pode apresentar, inclusive na vida adulta.

Distante das manifestações ingênuas, ou da atribuição da responsabilidade polarizada ao Estado, é necessário evidenciar que o desenvolvimento da consciência crítica e os mecanismos sociais de proteção continuam fundamentais. Parafraseando a premissa da esfinge: a Internet é como um oráculo que pode devorar “apesar” de ser decifrada. 



Renato Dias Baptista
é professor assistente
doutor da Unesp
de Tupã. Contato:
rdbapt@gmail.com

Este artigo foi
publicado originalmente
no *Estadão Noite* de
23 de julho de 2015.



Sem querer abarcar toda a água que nos cerca

TEXTO SOBRE A EXPOSIÇÃO
'CALAFATE, UM HOMEM É UM BARCO',
DE MAURICIO ADINOLFI

Em sua última exposição (Galeria Pilar, São Paulo, 2014) Mauricio Adinolfi apresentou um conjunto de telas intitulado “Mangue” com uma representação vegetal colorida, mas que a dado momento o artista cobriu integralmente com um “brilho metálico da tinta prata”, tendo sido assim apresentadas na galeria.

Segundo o artista José Spaniol, que assinou o respectivo texto, o gesto de Adinolfi “sufocava” a representação, e trazia para primeiro plano “as veladuras, as lacas, os vernizes, o pigmento prata sobre óleo”, isto é, um conjunto de propriedades materiais que opacificavam ou anulavam a primeira referência à natureza.

Ainda que a superfície prateada com que Adinolfi cobriu as telas de “Mangue” não tenha anulado completamente a fatura da primeira pintura, e isso veio a constituir um elemento expressivo para o conjunto, havia naquela ação uma “recusa” da representação, ou certa



© Arquivo pescal

recusa do gesto precedente. Este “impasse”, creio, apontou novas direções (não unívocas mas complementares) para Adinolfi continuar a fazer “pintura”, para além da pintura.

Estas novas direções não são de agora. Já nos anos 40, C. Greenberg, referindo-se a Mondrian, insistia na “presença física” da pintura, que contrapunha ao ilusionismo albertiano da janela na parede. A ênfase na “presença física” ajudava a pensar as relações, cada vez mais intercomunicáveis, entre pintura e escultura, em especial suas trocas de função, e simultaneamente consolidava a tese da “morte da pintura” (já anteriormente defendida por Malevich).

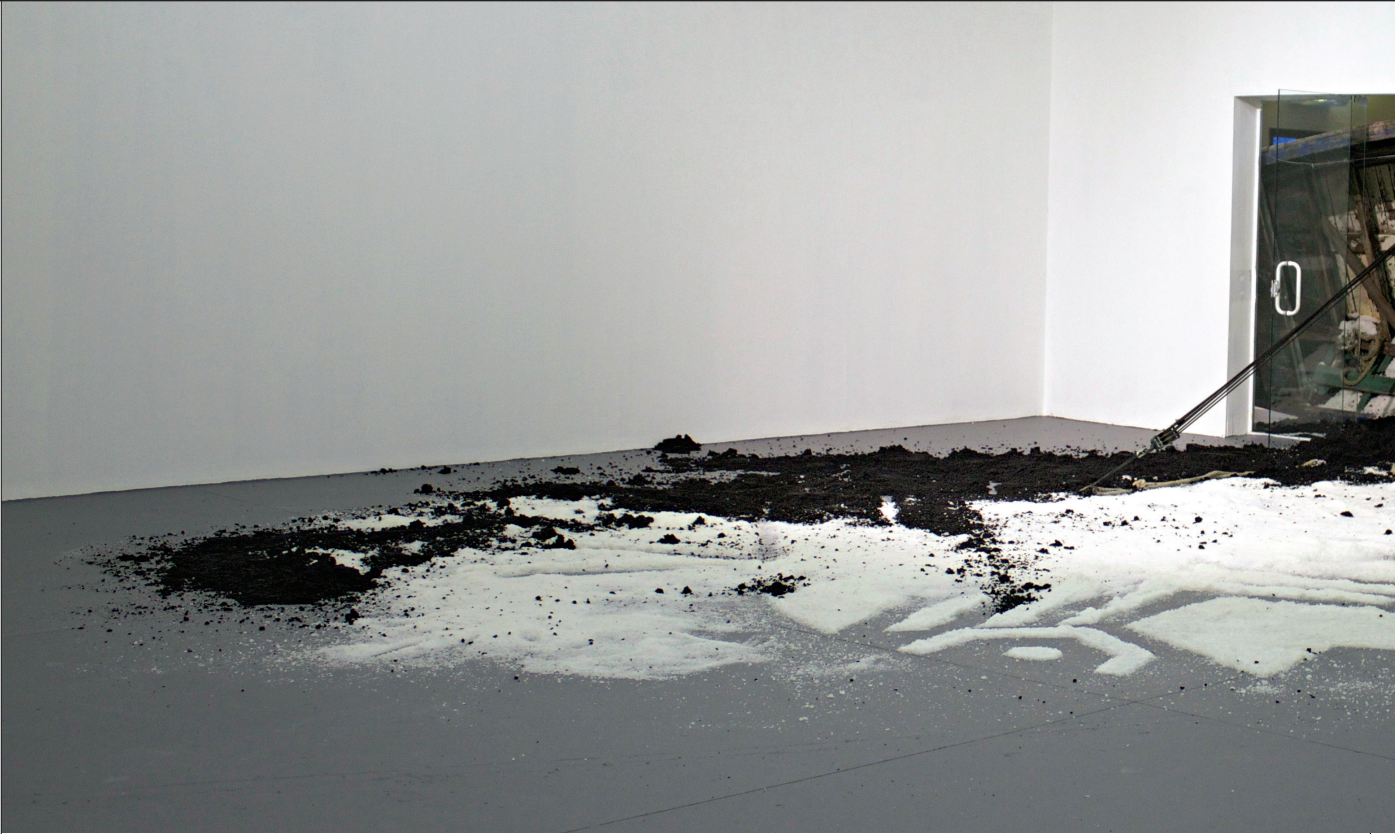
Posto isto, começaríamos por dizer que, tal como em “Mangue”, alguns gestos e opções de Mauricio Adinolfi continuam a performatizar debates e impasses que a disciplina da pintura enfrentou e (ainda) continua a enfrentar, em

especial a questão do seu “fim”.

A série “Outburst” (2007) é disso exemplo. Nela o artista, auxiliado por ferramentas elétricas, diferentes brocas e instrumentos de corte, perfurava superfícies da madeira, criando diversas formas, como animais ou elementos lineares. Para além de um investimento físico do corpo, a ação aparentemente inócua de desenhar tinha um risco e um descontrolo que punha em causa a ideia de figuração, levando Adinolfi, num salto interpretativo, a rapidamente “abandonar” o pensamento plástico para investir sobre a materialidade e espacialidade. Como Adinolfi referiu a propósito desse trabalho: “[era uma] combinação entre conhecimento, força bruta e elétrica, refletindo a ação como uma forma de pensar, onde o exercício intelectual e muscular se mostra em potência e instante na constituição do trabalho”.

Julgo que os dois momentos acima referi-

O título deste artigo está presente na dissertação de mestrado do artista, *Madeira Sobre Mar*, Instituto de Artes da Unesp/Capes, 2015



© Arquivo pessoal

dos – “Outburst” e “Mangue” –, em seu intervalo de sete anos, nos ajudam a entender a proposta que agora Adinolfi nos traz, e os impasses críticos que a sua pintura alimenta. Através de procedimentos “contra” a superfície e “contra” a representação, Adinolfi atualiza a genealogia crítica da pintura (lembrando as ações de Fontana), mas abre espaço para en-

O MAR, NA POÉTICA DE ADINOLFI, CONFIGURA-SE COMO UM EXERCÍCIO DE IR E VOLTAR

tender a pintura operando por subtração (e não por adição), aproximando-se da escultura e da instalação, como aquela que agora nos traz.

“Calafate, um homem é um barco”, o seu mais recente projeto, guarda relação com as intervenções realizadas pelo artista em regiões litorâneas de rio e mar, em especial ações colaborativas e coletivas que envolveram as comunidades locais (“Cores no dique”, 2009-13; e “BarcoЯ”, 2013), mas ao contrário destas não se configura como uma “escultura social”. Aqui o artista não está preocupado em expandir a

pintura ao cotidiano das populações ribeirinhas e “construir” uma troca de sentidos e experiências, mas interessa-lhe a experiência individual. E o mar é a superfície de contato, a “alteridade” entre o homem e o mundo, que vai querer explorar. Como refere Adinolfi, “a ideia de se lançar ao mar sempre retorna à experiência individual da descoberta interior”.


Assim, “Calafate...” assume-se como um espaço de “embate” e “descoberta” através de elementos que já compõem a poética de Adinolfi, mas que aqui assumem um caráter metafísico ou, por que não, existencial.

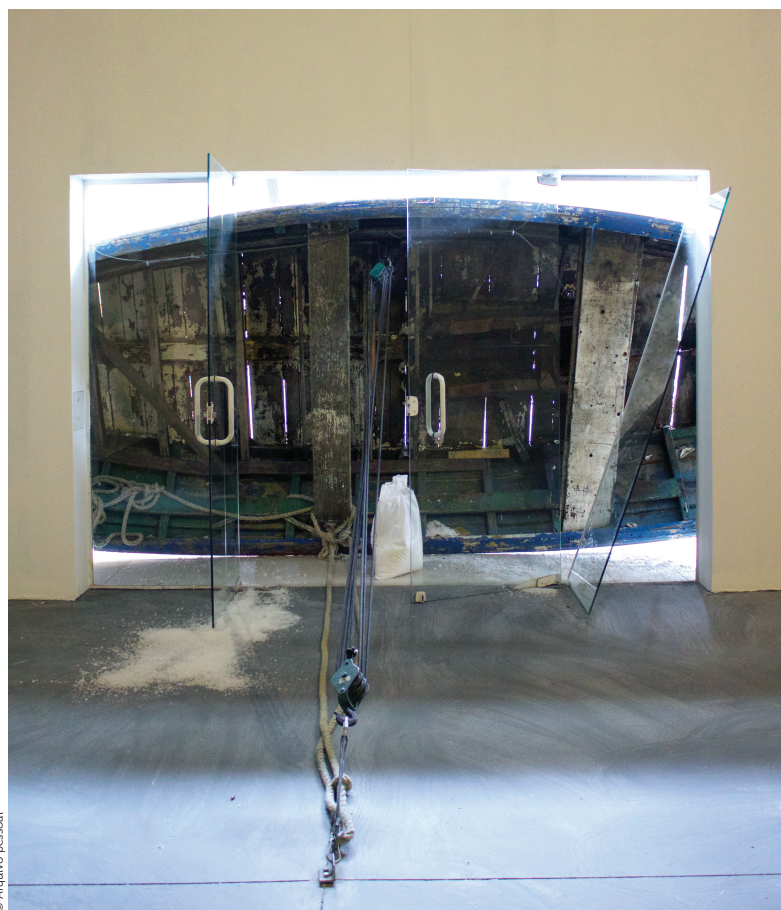
Um barco de porte médio, visivelmente desgastado pelo uso e pelo abandono está encostado contra a porta de acesso da galeria, impedindo que vejamos, de uma só vez, toda a “narrativa” que o artista propõe. A existência de um elemento incomum – o barco – no centro da cidade causa um efeito de estranhamento, suspendendo a nossa credulidade, para além de contrariar a normal circulação pelo espaço da Funarte. Por este motivo, o acesso ao ponto “nevrálgico” da instalação faz-se por uma porta secundária que, uma vez transposta, nos desvenda não só a proeza técnica da co-



locação do barco quanto nos apresenta aquilo que chamaria de “recriação antinaturalista do mundo”. Explico: diante dos nossos olhos conseguimos reconhecer todos os elementos que o artista nos apresenta, somos inclusive capazes de nomeá-los, mas escapam-nos os nexos lógicos entre eles. Objetos que sabemos pertencer ao real dissolvem as suas propriedades habituais e transmutam-se numa montagem onde os materiais recusam os seus sentidos culturais preestabelecidos e dialogam numa expressiva “desadequação”. Do interior do barco (mantemos a pergunta: “de onde veio e como foi ali parar?”) expande-se uma matéria irreconhecível (uma pintura) como num poema de Adinolfi: “O início casco, cinza, lodo; ressurgir/ da cor interna/ a jornada de cor”. A luz baixa faz-nos obliterar as características arquitetônicas da galeria, e focar a nossa atenção na “massa” que se espalha pelo chão: asfalto e entulho revestidos de fibra de vidro e tinta branca.

O mar, na poética de Adinolfi, não se apresenta como tema ou assunto da pintura, mas configura-se como um exercício de ir e voltar, de confronto incerto com questões específicas do artístico. Um “espaço intermediário” de elevado risco, assim como a baleia para Ismael ou o Adamastor para Vasco da Gama. Uma viagem interior (às “índias de dentro”, como escreveu o poeta português Camões) onde muitas vezes se navega com um mero bote salva-vidas.

É desta forma que, diferente de “Mangue” e de “Outburst”, a pintura que enxergamos em “Calafate...” guarda certa distância relativamente à sua genealogia crítica e parece muito mais atuar sobre o processo criativo, da mesma forma que uma ideia filosófica atua sobre o modo como pensamos. E por isso se torna necessário (pelo menos para mim isso chega de forma clara) que o artista esteja interessado em testar e abrir as potencialidades de um campo especulativo sem as contingências específicas da pintura. É isso que torna esta exposição um pretexto para continuar a explorar os impasses próprios da disciplina, podendo ainda se aventurar por outros mares. 



DANIEL PATIRE

A INCRÍVEL AVENTURA DE MARIANA

Luciana Maria Tico-Tico e Rosana Ferreira, estudantes dos cursos de Licenciatura em Arte-Teatro e Artes Visuais, respectivamente, no Instituto de Artes da Unesp (IA Unesp), em São Paulo, lançaram, em junho, o livro *A incrível aventura de Mariana para desvendar o funcionamento dos objetos e outros poemas* pela Giostri Editora. No dia do lançamento, no Espaço Parlapatões, na Praça Roosevelt, em São Paulo, SP, houve um espetáculo de contação de histórias inspirado nos poemas do livro. A apresentação foi realizada pelo Grupo Dois Pontos de Cantadores de Histórias, formado por Luciana e pela atriz e narradora de histórias Débora Santos, que também é estudante de Arte-Teatro do IA Unesp. Elas ilustram a foto destas páginas. O livro recebeu menção honrosa na 1.ª Olimpíada PROPe 2014 (Pró-Reitoria de Pesquisa da Unesp).







© Arquivo pessoal



Antonio Fernando Monteiro Camargo é prof. dr. do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro e responsável pela disciplina Ecologia da Poluição do Curso de Graduação em Ecologia.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 21 de agosto de 2015.

O problema da poluição da baía de Guanabara

O problema da poluição da baía de Guanabara é apenas a ponta do iceberg. As olimpíadas e a realização dos esportes náuticos nesta baía apenas apontam para um problema muito maior. Os corpos de água no Brasil vêm sendo maltratados já há décadas. Os esgotos, especialmente os esgotos domésticos, não recebem tratamento algum e são lançados diariamente em rios, lagos, reservatórios e regiões costeiras. A responsabilidade do tratamento dos esgotos urbanos é dos municípios e recursos financeiros dos estados e da federação estão disponíveis para que os municípios invistam no tratamento. Nossos ecossistemas aquáticos estão totalmente deteriorados de norte a sul de nosso território. Tratar esgotos é simples, já existe tecnologia para isto e a justificativa de que os custos são elevados é uma piada. Está na hora de termos vergonha na cara e investirmos em tratamento de esgotos.

A má qualidade da água impede sua utilização e o lançamento de esgotos sem nenhum tratamento provoca a má qualidade da água. A escassez de água no Estado de São Paulo está diretamente relacionada à quase total ausência de tratamento de esgotos urbanos. Esgotos tratados, além de preservarem as características naturais dos ambientes aquáticos, permitem que a água deste ambiente seja usada para abastecimento urbano, pela agricultura e pelas indústrias. Não podemos esquecer que os ambientes aquáticos fornecem água para nossas necessidades diárias,

mas também fornecem alimentos como peixes para nossa alimentação, que a maior parte da nossa energia elétrica é produzida por hidroelétricas e que a poluição afeta e prejudica estas atividades.

Os cidadãos estão conscientes e economizam água, falta aos nossos administradores consciência para administrar corretamente nossos ambientes aquáticos. O acesso a água limpa é um direito de todo cidadão (Declaração dos Direitos Humanos) e a comercialização da água é um erro. Podemos comercializar e lucrar na produção e venda de automóveis, aparelhos de TV e outros produtos, mas lucrar com a venda de água que abastece nossa casa é uma aberração.

Infelizmente, como o fornecimento de água para a população é responsabilidade de empresas privadas ou semi-privadas, como a SABESP no Estado de São Paulo, para que elas mantenham a lucratividade o valor da água paga pelos cidadãos foi desavergonhadamente elevado. Reforço que todo cidadão tem o direito à água limpa não apenas para suas necessidades de higiene e dessedentação, mas também para o lazer e para a manutenção da integridade dos ecossistemas aquáticos. Está na hora de investirmos em tratamento de esgotos, de despoluir os ambientes aquáticos para podermos usá-los para o lazer, para os esportes, para captar água para irrigação, e para termos água para nossas necessidades de higiene pessoais. [UC](#)

livraria unesp móvel



Livros por todos os caminhos

Adaptada sobre um caminhão, a livraria tem percorrido diversos Campus da Unesp desde sua inauguração, em 2012.



Acesse nossa agenda e veja quando ela passará em sua unidade!

www.editoraunesp.com.br/livraria_movel

livrariamovel@editora.unesp.br

Conheça também:

Livraria Unesp

Pça. da Sé, 108 – São Paulo/SP
2ª. a 6ª. das 9h às 19h
Sábados das 9h às 13h
livraria@editora.unesp.br

Livraria Unesp Virtual

Referência on line em livros universitários
livrariavirtual@editora.unesp.br
www.livrariaunesp.com.br



livraria unesp móvel

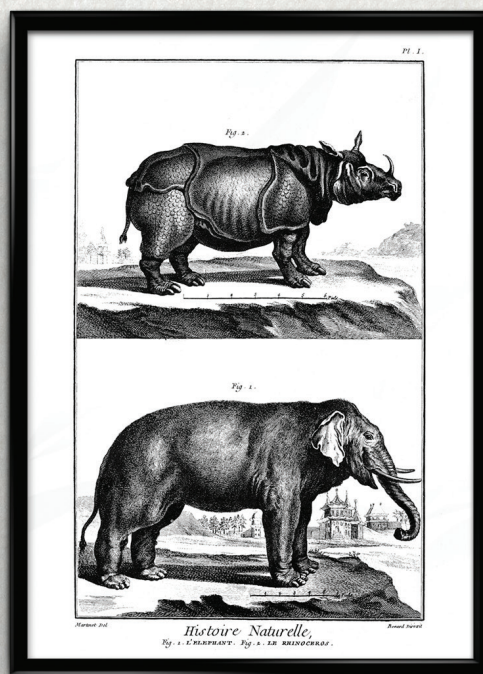


livraria unesp

A Enciclopédia de Diderot e D'Alembert

Monumento da civilização Ocidental, versão brasileira da Enciclopédia Iluminista é a mais abrangente já editada fora da França.

Organizada por Pedro Paulo Pimenta & Maria das Graças de Souza



Volume I

Traz o plano da coleção e apresentações, inclusive as originais.
352 págs., R\$ 78

Volume II

Aborda o sistema dos conhecimentos, com verbetes como “alfabeto”, “humanidades” e “metafísica”.
448 págs., R\$ 78

Volume III

Apresenta termos aplicados às ciências (física, matemática, história natural e química).
292 págs., R\$ 78

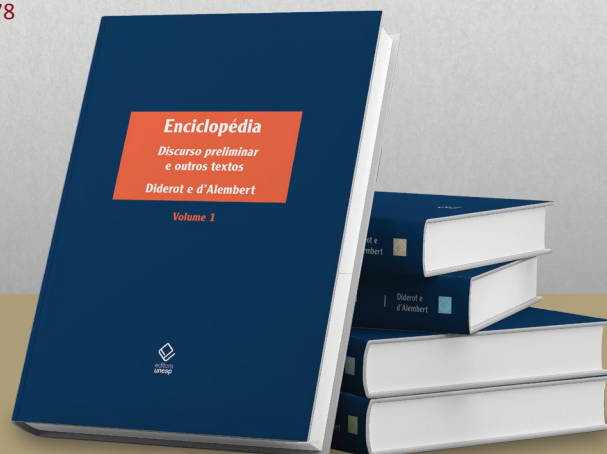
A Enciclopédia, que simboliza um dos maiores e mais complexos projetos editoriais da história, ganha sua mais abrangente tradução já feita em português.

Volume IV

Trata da política (contém verbetes como aristocracia, cidadão, democracia, poder).
408 págs., R\$ 78

Volume V

Refere-se à sociedade e às artes. Contemporaneamente, ética e estética.
432 págs., R\$ 78



Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987
www.editoraunesp.com.br